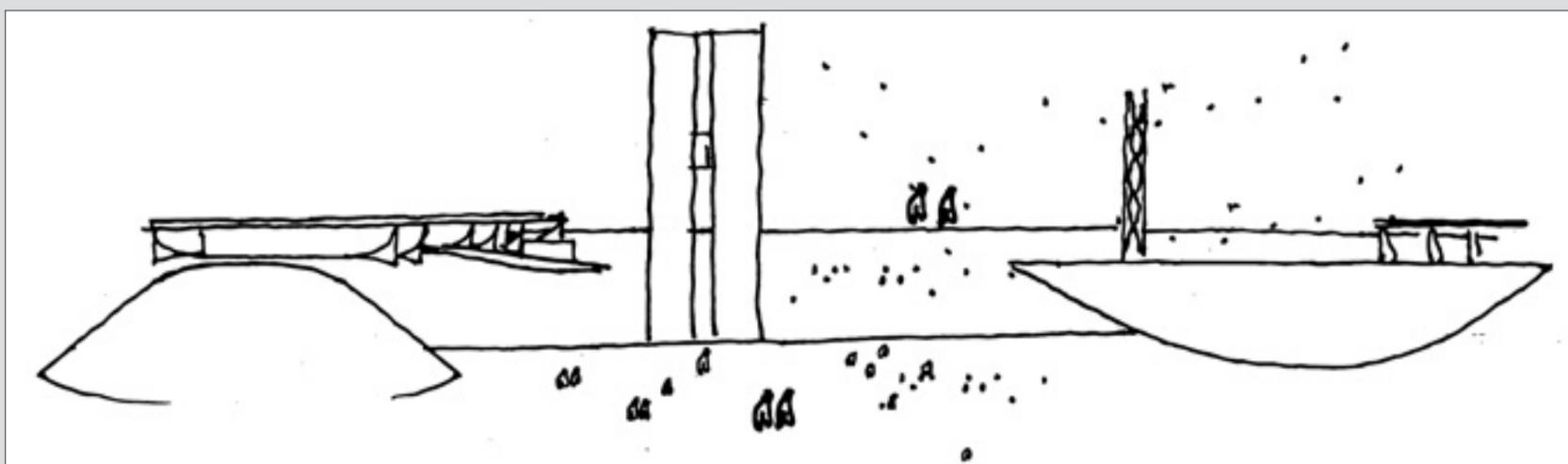


Senado elege novo presidente e pode votar prorrogação da CPMF

A negociação está no centro dos dois eventos mais importantes da semana no Senado: a votação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira e a eleição do novo presidente da Casa.

No caso da CPMF, a liderança do governo busca os 49 votos necessários para garantir a prorrogação. Na eleição à Presidência, o PMDB tenta acordo para viabilizar candidatura única.

PÁGINAS 3 E 4



Croqui da Praça dos Três Poderes, onde Niemeyer procurou fazer “uma arquitetura mais leve”, na qual os prédios foram concebidos para “apenas tocar o chão”

Oscar Niemeyer, cem anos de genialidade

PÁGINAS 8 E 9

Especialistas debatem na Unilegis pesquisa sobre o caráter do brasileiro

PÁGINA 12



LEOPOLDO SILVA

A relatora Lúcia Vânia defendeu a aprovação do projeto elaborado pela deputada Rita Camata

Aprovadas novas regras do Código de Processo Penal

O Senado concluiu a votação das medidas que alteram o Código de Processo Penal. Tais medidas, que fazem parte do chamado pacote antiviolença, têm como objetivo agilizar o funcionamento do Judiciário.

PÁGINA 6

e mais...

Cidadania

AGENDA

Página 2

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 13

Os mitos e as verdades a respeito da gripe

Estima-se que uma parcela de 10% da população tenha ao menos uma gripe por ano – sendo que 0,1% dos doentes morre devido a complicações. Conheça nesta edição do Especial Cidadania as verdades e mitos sobre a gripe.

PÁGINA 16

Gestante deverá ser informada sobre coleta de células-tronco

As mulheres terão acesso, durante o pré-natal e o parto, a informações sobre os benefícios da doação de sangue do cordão umbilical e placentário, fonte importante de células-tronco. É o que prevê proposta aprovada no Senado que seguiu para a sanção do presidente Lula.

PÁGINA 10

Semana da Pessoa com Deficiência começa na terça

O Senado realiza, de terça-feira até sábado, a 3ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. A programação será aberta no Plenário, às 14h30, com apresentação do Coral do Senado.

PÁGINA 15

PLENÁRIO

Senado deve eleger novo presidente

Com a renúncia, na terça-feira passada, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ao cargo de presidente do Senado, a Casa se prepara para eleger o sucessor. Pelo Regimento Interno, a eleição deve ser realizada até esta quarta-feira, salvo entendimento entre os líderes partidários quanto a uma outra data.

Na terça-feira está prevista uma reunião entre o presidente interino, Tião Viana (PT-AC), e os líderes para definir as regras da eleição. No entanto, ele condicionou a realização da eleição na quarta-feira a um consenso entre os líderes. O artigo 412 do Regimento permite a alteração das normas regimentais desde que haja esse consenso.

O novo presidente do Senado precisa ser eleito por maioria simples, segundo o Regimento Interno da Casa. Ou seja: maioria dos votos da sessão, na qual devem estar presentes pelo menos 41 dos 81 senadores. Entretanto, Tião Viana espera que o eleito obtenha maioria absoluta.

– Vence o candidato que obtiver maioria simples. Agora, é evidente que ninguém pode imaginar alguém eleito presidente do Senado com menos de 41 votos. O eleito deve ter, no mínimo, metade mais um dos votos dos senadores que compõem a Casa. É o mínimo que se pode esperar – disse o parlamentar, ressaltando que o Regimento descarta a necessidade de maioria absoluta e, com ela, de

um segundo turno.

O mandato do novo presidente será mais curto, terminando com o mandato da Mesa atual, em fevereiro de 2009. A eleição será secreta. Caso haja apenas um candidato, poderá ser feita por meio do painel eletrônico, se para isso houver consenso entre os líderes. Com mais de um candidato, será feita em cédula, na qual constarão apenas os nomes dos candidatos.

De acordo com Tião Viana na sexta-feira, cabe ao PMDB, como maior partido no Senado, indicar o candidato à Presidência da Casa.

O Senado já viveu situação semelhante, na eleição de Ramez

Tebet, após a renúncia do presidente Jader Barbalho, em setembro de 2001.

Tebet teve 41 votos a favor, 31 votos em branco e três votos nulos. A eleição foi precedida de intensas negociações e a candidatura de Tebet somente foi formalizada na véspera, após reunião de quatro horas da bancada peemedebista.

Os senadores usaram cédulas de papel porque o painel eletrônico não vinha sendo usado devido à violação que ocorrera durante a votação da perda de mandato de Luiz Estevão.

Ramez Tebet ocupava, na ocasião, o cargo de ministro da Integração Nacional. Reassumiu seu mandato para se tornar o presidente do Senado. Como agora, o líder do governo era Romero Jucá (PMDB-RR, à época filiado ao PSDB). O líder do PMDB era Renan Calheiros.

Tião Viana se reunirá com líderes na terça para definir regras do pleito

PMDB decide na terça-feira; Sarney nega candidatura

O PMDB reúne-se nesta terça-feira, às 9h, para decidir qual será o nome indicado pela bancada para suceder Renan Calheiros na Presidência do Senado. Até agora se apresentaram como pré-candidatos do partido os senadores Garibaldi Alves (RN), Neuto de Conto (SC), Valter Pereira (MS) e Leomar Quintanilha (TO). O senador Pedro Simon (RS), lançado candidato em manifesto assinado por 32 senadores de outros partidos, afirmou que também apresentará seu nome.

– As candidaturas ainda não estão fechadas. Pode ser que até terça surjam outros nomes. O importante é que seja um candidato de consenso dentro da bancada. Se assim for, haverá uma facilidade maior para se atingir o consenso fora da bancada também – afirmou o líder do PMDB, senador Valdir Raupp (RO).

Questionado sobre a possibilidade de um consenso em torno do nome do senador José Sarney (AP) para o cargo, Raupp afirmou que o parlamentar pelo Amapá já lhe disse que não será candidato, mas caso “haja coalizão em torno do nome dele, assim como em torno de um outro senador, pode haver uma mudança”.

– O Sarney, e eu também, tem dito que não é candidato. Mas

tudo pode mudar se houver um consenso dentro da bancada, que pode ser também por um dos quatro nomes que já se colocaram à disposição – afirmou Raupp.

Já o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), tem defendido abertamente a indicação de Sarney, que já presidiu o Senado por duas vezes, para a sucessão de Renan. Em entrevista à imprensa, Jucá afirmou que, apesar de reiterar que não é candidato ao cargo, Sarney tem recebido vários apelos para que mude de idéia.

– A posição individual dele é de não querer disputar, mas às vezes a posição individual deve ser colocada em segundo plano para o bem coletivo. Ele é o melhor nome, com respeito aos demais colegas – afirmou Jucá.

Ele admitiu ainda que existe um movimento para convencer Sarney a disputar a Presidência do Senado, por vontade não somente de caciques do PMDB, mas também do próprio Palácio do Planalto.

O líder do DEM, senador José Agripino (RN), embora não tenha declarado apoio formal à candidatura de Sarney, afirmou que se trata de um nome de maior consenso em relação aos outros candidatos do PMDB à vaga.



Renan defende-se: Plenário, mais uma vez, rejeitou orientação do Conselho de Ética

Renan renuncia e depois é absolvido

Ao final de uma sessão plenária que durou cinco horas e 20 minutos, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) obteve 48 votos favoráveis à continuação de seu mandato, evitando ainda a perda dos direitos políticos por 15 anos, embora tenha renunciado ao cargo de presidente da Casa na mesma sessão. O projeto de resolução do Conselho de Ética que

propunha a perda do mandato com base na acusação de formar uma sociedade secreta em meios de comunicação obteve 29 votos. Outros três senadores se abstiveram, num total de 80 votantes, uma vez que o próprio Renan abriu mão de seu voto.

O autor do parecer que resultou no projeto, Jefferson Péres (PDT-AM), baseou a proposta de perda do mandato em “in-

dícios” de que no ano de 1999 Renan teria comprado, em sociedade com o usineiro João Lyra, duas rádios e um jornal em Alagoas.

Renan Calheiros defendeu-se dizendo, em primeiro lugar, que não poderia ser sentenciado “à morte política e cívica” com base numa acusação sem provas feita por Lyra, um ex-aliado e agora inimigo político.

Quintanilha manda arquivar denúncias

Na mesma noite em que o Plenário absolveu Renan Calheiros, pela segunda vez, de uma acusação de quebra de decoro, o presidente do Conselho de Ética, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), mandou arquivar, em decisão pessoal, duas outras

representações contra o senador alagoano. Uma delas levanta a suspeita de que Renan teria participado de um esquema de arrecadação de fundos para o PMDB em ministérios controlados pelo partido. Outra representação diz respeito à espionagem de sena-

dores que teria sido encomendada por aliados de Renan.

Paralelamente, Almeida Lima (PMDB-RN), relator do processo que envolve os ministérios do PMDB, apresentou relatório pelo arquivamento da representação, por falta de provas.

Simon confirma que disputará indicação

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse em Plenário, na sexta-feira, que, estimulado pelo movimento liderado pelos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Eduardo Suplicy (PT-SP) para sua candidatura à Presidência do Senado, vai disputar a indicação na bancada do PMDB, embora, disse, esteja certo de que perderá essa disputa.

Simon afirmou ainda que o governo tem poder para aprovar a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e para eleger o senador José Sarney (PMDB-AP) à Presidência da Casa.

– Já disse que o imposto do cheque, a CPMF, vai passar; o governo tem força e argumentos para vencer. Se o Lula insistir, vai ser Sarney o presidente do Senado – afirmou.

Mas Simon considerou “a intro-



Pedro Simon diz que concorrerá à Presidência estimulado por colegas, mas que tem certeza de que perderá a disputa no PMDB

missão de Lula um pouco infeliz”. Na opinião do parlamentar, o presidente da República apenas deveria acompanhar o processo de escolha do presidente do Senado, sem interferir.

Cristovam Buarque fez na sexta-feira um apelo ao PMDB para

que indique Pedro Simon (PMDB-RS) como candidato à Presidência do Senado. Para ele, eleger Simon seria um gesto educativo dos senadores, mostrando à população o papel de independência do Senado em relação ao Executivo e ao Judiciário.

Garibaldi diz não abrir mão de candidatura

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que tem sido apontado como um dos candidatos do PMDB mais fortes à sucessão de Renan Calheiros na Presidência do Senado, afirmou na sexta-feira que não há possibilidade de desistir de sua candidatura

neste momento.

Garibaldi disse que passaria o final de semana em Brasília, conversando com colegas e pedindo votos que garantam sua indicação pelo PMDB.

Questionado sobre a possibilidade de abrir mão de sua candidatura caso José Sarney

(PMDB-AP) entre na disputa, Garibaldi respondeu que não vale a pena fazer conjecturas sobre o assunto, já que o próprio Sarney tem dito que não pretende se candidatar ao cargo. No entanto, o senador pelo Rio Grande do Norte destacou que já há candidatos demais.

PLENÁRIO

Corrida contra o tempo para prorrogar a CPMF

O presidente interino do Senado, Tião Viana, marcou para esta terça-feira a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga até 2011 a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Segundo Viana, a PEC pode ser aprovada até o dia 14 sem que haja problemas para sua promulgação ainda este ano, o que não permitiria a suspensão da cobrança da contribuição.

— Há condições de se cumprir, no prazo do exercício legislativo, a votação da CPMF — afirmou Tião Viana, admitindo que “o governo trabalha contra o tempo, e o tempo demorado é favorável à oposição, neste momento”.

As 19 emendas de Plenário à proposta que prorroga a vigência da contribuição foram rejeitadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que

acolheu na quarta-feira passada o relatório de Romero Jucá (PMDB-RO), líder do governo no Senado. A maioria das emendas à proposta de emenda constitucional (PEC 89/07) foi apresentada pela oposição.

Se essas emendas fossem aprovadas, a proposta seria alterada e teria de retornar à Câmara dos Deputados, o que impediria a sua aprovação antes do fim do ano — como quer o governo, para que não haja interrupção na cobrança da CPMF. Com a rejeição, a matéria retornará ao Plenário do Senado.

Ao justificar seu parecer, Romero Jucá destacou que algumas emendas foram rejeitadas porque tinham o objetivo de “inviabilizar o cerne da proposta”, que é a prorrogação da cobrança da CPMF. Disse ainda que outras foram rejeitadas porque determinavam a redução paulatina da alíquota da contribuição, possibilidade já prevista no texto da PEC — desde que realizada por meio

de projeto de lei ou medida provisória. Além disso, acrescentou, o governo fez um acordo prevendo essa redução gradual.

O líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (RO), assegurou que ainda há espaço para negociação, principalmente por meio de uma redução gradual da alíquota, que hoje é de 0,38% sobre qualquer movimentação bancária.

— Qualquer proposta poderá ser aceita dentro de um consenso. O país já tem condições suficientes, hoje, de reduzir a CPMF. O que não podemos é tirar R\$ 40 bilhões de uma tacada só — acredita.

Quanto às reivindicações para se destinar parcela maior da CPMF à área da saúde, Raupp observou que, em se tratando de uma área tão importante para o país, “todo dinheiro destinado é pouco”, mas é preciso também prever mais recursos para o setor por meio do Orçamento da União.

— Quando a CPMF foi criada, o objetivo era de que cem por cento dos recursos fossem dirigidos para a saúde — lembrou.

Aprovada sem emendas pela CCJ, proposta tem chances de cumprir prazo

PT era contra, diz Heráclito

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) tornou a criticar, na última sexta-feira, a proposta do governo federal de prorrogar a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) — que tramita no Senado sob a forma da PEC 89/07 e deverá ser votada em primeiro turno nesta semana. Ele lembrou que o PT, agora no governo, era contra esse tributo quando fazia parte da oposição.

Heráclito argumentou que, se uma das justificativas para a cobrança da CPMF é a sua capacidade de fiscalização, possibilitando o combate à sonegação, então “o que importa não é a quantidade do tributo cobrado, mas a cobrança em si”.

— Se o presidente Lula quer fiscalizar, basta [o percentual da CPMF] ser de 0,01%. Não há necessidade de ser de 0,38% — declarou ele.

O parlamentar criticou ainda o atraso da reforma tributária prometida pelo governo. Uma proposta nesse sentido, disse, foi apresentada no início do primeiro mandato do presidente Lula. E, agora, em meio à negociação para a prorrogação da CPMF, o governo voltou a oferecer, em troca da aprovação da PEC 89/07, uma reforma tributária,

Para Mão Santa, renovação é “malandragem”

Para o senador Mão Santa (PMDB-PI), a CPMF é uma “malandragem” que se repete a cada quatro anos. Ele lembrou que a contribuição nasceu para ser provisória, mas é renovada a cada quadriênio. Segundo Mão Santa, os recursos do imposto não são usados na saúde pública, como o governo argumenta, e sim para pagar dívidas públicas. O senador sugeriu que seja criada uma nova legislação tributária em vez de ser renovada a cobrança da CPMF.

— É malandragem — resumiu. Na opinião de Mão Santa, a saúde pública brasileira piorou nos últimos anos. O parlamen-

tar acredita que o Senado vai rejeitar a prorrogação do imposto quando a matéria for votada nesta terça-feira. Para Mão Santa, a renovação da CPMF não foi votada na última quinta-feira porque o governo não tinha votos para aprová-la.

— O povo é que vai ganhar [com o fim do imposto] — opinou.

Mão Santa também comparou a carga de impostos paga no Brasil — cerca de 40% do produto interno bruto (PIB) — com a recebida pelos governos de outros países, como a Venezuela, em que os impostos ficam em 15,6%, e o México, com 18,3%.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) disse que quem ganha com a cobrança da CPMF são os ricos os banqueiros, uma vez que o imposto é arrecadado pelos bancos e fica um mês depositado, gerando lucros para os banqueiros, até ser enviado ao governo.

Pedido de perdão à jovem paraense

Mão Santa afirmou ainda que, em visita ao Pará na semana passada, o presidente Lula deveria ter “pedido perdão” à menina de 15 anos que ficou presa por 20 dias em uma cela com homens.



Heráclito critica oferta de reforma tributária do governo em troca da aprovação da CPMF



Paim (C) preside audiência pública na CDH: Zilda Arns e Adib Jatene enumeram razões para se manter a contribuição

Zilda Arns e Adib Jatene defendem prorrogação

A manutenção da cobrança da CPMF foi defendida pela coordenadora nacional da Pastoral da Criança, Zilda Arns, e pelo diretor-geral do Hospital do Coração de São Paulo (Hcor), o ex-ministro da Saúde e idealizador do tributo Adib Jatene, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

— A CPMF é o melhor imposto que podemos ter, porque os pobres não têm conta corrente,

não transferem recursos. Os ricos, sim. Os ricos vão pagar mais porque vão transferir mais recursos. Para recolher CPMF não se gasta e não se suborna — disse Zilda Arns.

Ao destacar que a CPMF destina anualmente R\$ 20 bilhões para a área de saúde, Jatene avaliou que o tributo só poderá ser extinto a partir da implantação de uma reforma tributária que seja compatível com as riquezas produzidas pelo país.

Paim condena corte drástico do tributo

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse na sexta-feira que se sentiria irresponsável caso votasse contra a prorrogação da CPMF.

O senador observou que o imediato corte de cerca de R\$ 40 bilhões no Orçamento para 2008, oriundos da CPMF, atingiria setores vitais da área social, a começar pela Saúde e Previdência, além de prejudicar programas destinados a combater a miséria, como o Bolsa Família e o próprio Fundo de Combate à Pobreza.

— Eu, com a minha consciência, me sentiria irresponsável. Mas respeito todos os argumentos dos outros senadores que pensam diferente — disse.

Para Paim, é um engano acre-

ditar que o fim da contribuição provocaria a redução dos preços de serviços e produtos. Disse também que não tem recebido de qualquer prefeitura, “ou mesmo de uma associação de bairro”, pedido para que vote contra o fim do imposto, uma vez que os prefeitos também recebem parte dos recursos da CPMF e os aplicam na área social.

Paim ainda leu em Plenário nota da ex-coordenadora nacional da Pastoral da Criança Zilda Arns — que deixou o cargo na última semana — em que ela lhe pede, na condição de presidente da Comissão de Direitos Humanos, para votar a favor da prorrogação da vigência da CPMF.

Viana considera impossível ocorrer barganha de voto

Questionado pela imprensa, na última sexta-feira, sobre a possibilidade de o governo passar o fim de semana barganhando votos para garantir a prorrogação da CPMF, o presidente interino do Senado, Tião Viana, considerou isso inviável.

— Não vejo como possível alguém pretender trocar voto por algum favor pessoal e alguém querer conseguir voto desviando-se eticamente. Por outro lado, acho possível termos um Parlamento sendo reconstruído a partir de bons parâmetros de ética e de negociação política à luz do dia, como um direito legítimo nas relações democráticas.

Viana reconheceu que prosse-

que uma intensa disputa entre governo e oposição pelos votos nessa matéria, mas afirmou que as duas partes estão agindo dentro das regras democráticas. Quanto ao resultado desse embate, disse que, como presidente da Casa, não lhe compete opinar.

— Vou conduzir o processo dentro da legalidade e do regimento. Vamos aguardar para ver quem vai vencer esse cabo-de-guerra que se instalou. O que se percebe é que o governo já tem hoje consolidados 46 votos. Teria portanto que fazer uma busca de mais três votos para aprovar a CPMF. E a oposição persiste tentando enfraquecer o governo — observou.

ECONOMIA

Projeto restringe gastos públicos com pessoal

O aumento real anual dos gastos com pessoal nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário não poderá exceder o valor gasto no ano anterior, corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescido de 2,5%. Pelo projeto (PLS 611/07) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, a determinação será válida de 2007 a 2016. A proposta é assinada pelos senadores governistas Romero Jucá (PMDB-RR), Valdir Raupp (PMDB-RO), Ideli Salvatti (PT-SC) e Roseana Sarney (PMDB-MA).

O relator, senador Edison Lobão (PMDB-MA), acolheu emenda do senador Antônio

Carlos Valadares (PSB-SE), que veda aos órgãos públicos gastar com construção ou reformas de prédios, em percentual superior a 25% do que é gasto com pessoal.

A intenção é dar ao governo mecanismos de contenção de gastos com pessoal, para que novos recursos sobre para investimentos públicos sem ferir o equilíbrio fiscal. Os autores do projeto ressaltam que o limite proposto irá garantir espaço para recomposições salariais com maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

Jucá informou que o governo também está estudando procedimentos para frear o crescimento do déficit da Previdência.

Aprovado limite ao endividamento da União

A dívida consolidada líquida da União não poderá ser superior a 3,5 vezes a sua receita corrente líquida, de acordo com mensagem do Executivo federal aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A medida atende a exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, pela qual o Executivo submeteria ao Senado uma proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada dos entes da Federação. Os limites dos estados e dos municípios já haviam sido estabelecidos,

faltava o da União.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que a carga tributária cresceu nos últimos anos para compensar o aumento das despesas correntes, que passaram de 15% para 19% do produto interno bruto (PIB), enquanto a carga tributária foi de 32% para 36% do PIB.

Conforme o senador Jefferson Péres (PDT-AM) declarou, "a medida é importante não apenas para melhorar o gasto público, mas para fazer com que o Estado recupere sua capacidade de investimento".

CAE destina verbas de loterias à Cruz Vermelha

A Cruz Vermelha Brasileira poderá ter 0,15% da arrecadação de todas as loterias da Caixa Econômica Federal – que incluem concursos como a Mega-Sena, a Quina, a Dupla Sena, a Lotomania e a Lotofácil, e não apenas da Loteria Esportiva. A proposta (PLS 110/04), do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), foi aprovada terminativamente pela CAE de acordo com o substitutivo do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Crivella observa que a Loteria Esportiva é a única fonte de renda à Cruz Vermelha Brasileira, mas sua receita caiu muito nos últimos anos.

Medida regula ato de concentração econômica

Em decisão terminativa, a CAE aprovou projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que impede a aprovação tácita, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), de suposto ato de concentração econômica que não tenha tido seu mérito analisado pelo órgão no prazo determinado. Na prática, o projeto (PLS 75/05) coloca um ponto final na aprovação compulsória do ato de concentração econômica por decurso de prazo. Atualmente, a aprovação compulsória da operação acontece sempre que o Cade deixar de se manifestar em 60 dias, contados da remessa do ato de concentração pela Secretaria de Direito Econômico.

RIO UBERABA - A prefeitura de Uberaba (MG) foi autorizada pela CAE a contratar com o Banco Mundial um empréstimo de até US\$ 17,27 milhões. Os recursos serão utilizados para financiar projeto de recuperação ambiental da bacia do rio Uberaba e de revitalização do sistema local de abastecimento de água (Projeto Água Viva). A matéria será votada ainda em Plenário.

FOCEM - Na primeira reunião da Comissão de Infra-Estrutura, Transporte, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca do Mercosul, o vice-presidente, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), propôs que os países-membros aumentem o aporte financeiro ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). O Brasil contribui com 70%, a Argentina, 27%, o Uruguai, 2%, e o Paraguai, 1% dos recursos do fundo.



Com as propostas aprovadas na semana passada, Congresso prepara-se para votar Orçamento de 2008

Plano Plurianual para 2008-2011 é aprovado

Com acordo entre os líderes, o Congresso aprovou o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2008 a 2011 (PLN 31/07). O PPA prevê um orçamento de R\$ 3,5 trilhões para financiar as metas e diretrizes do governo para os próximos quatro anos e foi aprovado na forma do substitutivo apresentado pelo deputado Vignatti (PT-SC), que elevou a estimativa de receitas apresentadas para o período em R\$ 42 bilhões.

O relator destinou metade desses recursos para emendas de bancadas e a outra metade para emendas de comissões e emendas individuais. Do total,

R\$ 9,481 bilhões deverão ser usados já em 2008. A matéria vai para sanção presidencial.

O texto aprovado dá destaque para investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que inclui verbas para educação, infra-estrutura, programas de habitação e saneamento, além de definir as políticas de salário mínimo e de correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física.

Projeto prevê aumento em gastos com educação

Os recursos prevêem um aumento nos investimentos em educação de até 1% do produto

interno bruto (PIB) – destacou Vignatti.

Os recursos para educação seguirão especialmente para o Fundo da Educação Básica (Fundeb); para o Plano de Desenvolvimento na Educação, que pretende elevar salários do setor e prover internet para as escolas; para a expansão do ensino tecnológico e do universitário, e para financiar 400 mil bolsas de estudo para estudantes de graduação.

Em seu relatório, Vignatti criou três programas que não estavam no projeto do governo: dois para infra-estrutura urbana e um para aquisição de alimentos produzidos na agricultura familiar.

CRÉDITOS SUPLEMENTARES - O Congresso Nacional aprovou quatro créditos suplementares ao Orçamento de 2007. Serão liberados: R\$ 5,791 bilhões para o Ministério da Defesa; R\$ 195,65 milhões para os ministérios da Cultura, Defesa e Previdência; R\$ 464,450 milhões para a Presidência da República, ministérios da Fazenda, Previdência e Defesa e transferências para estados; e R\$ 26,67 milhões para a Seguridade Social e para o Ministério da Educação.

EMENDAS PARLAMENTARES - O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) anunciou a realização, nesta terça-feira, de reunião do grupo de trabalho que analisa a implantação da Resolução 1/06 do Congresso, que modificou as normas de elaboração do Orçamento Geral da União, em especial a formulação de emendas parlamentares. Heráclito é o presidente do grupo de trabalho, que tem como relator o deputado João Leão (PP-BA), e reclama mais recursos para o Nordeste.

Reestimativa aponta receitas adicionais

As receitas primárias brutas da União para 2008 foram reestimadas para R\$ 704,6 bilhões, com aumento de R\$ 21,8 bilhões com relação ao projeto do Orçamento para o período que o governo encaminhou ao Congresso em agosto. A previsão consta do segundo Relatório de Receita, encaminhado à Comissão Mista de Orçamento (CMO) pelo senador Francisco Dornelles (PR-RJ). Com relação ao primeiro relatório, do mês passado, o acréscimo bruto de recursos é de R\$ 8 bilhões. Graças à nova reestimativa, as transferências aos estados e municípios sobem para R\$ 123,7 bilhões, mais R\$ R\$ 6,6 bilhões frente ao que havia previsto o governo. Com a reestimativa, as receitas primárias líquidas fecham agora em R\$ 580,8 bilhões.

Orçamento acolhe cinco relatórios setoriais

Cinco relatórios setoriais do projeto orçamentário da União para 2008 foram aprovados na semana passada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). O relator da área de Justiça e Defesa, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), aumentou para R\$ 42,73 bilhões a dotação do Ministério da Defesa e para R\$ 8,06 bilhões os recursos do Ministério da Justiça. O relator da área de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, senador Jayme Campos (DEM-MT), injetou, no setor, R\$ 1,55 bilhão aos R\$ 16,9 bilhões previstos pelo Executivo. As pastas de Agricultura e Desenvolvimento Agrário, o relator, deputado Carlos Melles (DEM-MG), também destinou mais recursos para os R\$ 10,3 bilhões originais. O orçamento das áreas de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte foi elevado, pelo relator, deputado Manoel Júnior (PSB-PB), para R\$ 39,7 bilhões; a proposta original previa R\$ 38,14 bilhões. Para a área de Saúde, o relatório aprovado, do deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), prevê R\$ 51,8 bilhões.

PLENÁRIO Oito propostas buscam dar eficiência à Justiça e combater a violência pela diminuição da impunidade

FOTOS: LEOPOLDO SILVA



Demostenes Torres (acima, à direita) e Ideli Salvatti (D) coordenaram na CCJ a análise de projetos antiviolação aprovados semana passada em Plenário

Senado continua a reforma do Judiciário

Três anos depois de assinado o "Pacto em favor de um Judiciário mais rápido e republicano" pelos presidentes dos três Poderes, o Senado concluiu a votação das medidas que alteram o Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41). Os projetos também fazem parte do pacote antiviolação, já que são vistos como forma de tornar a Justiça mais eficiente e de reduzir a impunidade.

Com o objetivo de acelerar os processos de competência do júri, o Senado aprovou projeto (PLC 20/07) com mudanças no Código de Processo Penal relativas ao

tribunal do júri.

Para a coordenadora do grupo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que analisou a proposta, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), a agilidade da Justiça é imprescindível no combate à impunidade. Para ela, o retardamento de um julgamento só serve a quem quer fugir da ação judicial.

O relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO), disse que as modificações – mais de cem – modernizam a Justiça. Demostenes observou que há processos no tribunal do júri, onde a população atua como juiz, que levam

anos, mas agora poderão ser resolvidos em três meses.

– Quando quer enrolar o processo, o advogado manda ler o procedimento, que pode levar até três dias. Agora as partes poderão indicar as peças que devem ser lidas em até duas horas. Acaba também o "protesto por um novo júri", que levava os juízes a aplicar penas inferiores a 20 anos, para evitar a volta do processo à estaca zero – explicou.

O projeto volta à Câmara, uma vez que sofreu modificações. Mas, segundo Ideli, há entendimento com os deputados para que as alterações sejam mantidas.

Videoconferência em interrogatório judicial vai a sanção

A videoconferência deve ser regra no interrogatório judicial. É o que determina projeto (PLS 139/06) aprovado pelos senadores que segue para sanção presidencial. Pela proposta, serão assegurados canais telefônicos reservados para a comunicação entre o preso, o defensor do preso que permanecer no presídio e os advogados presentes nas salas de audiência dos fóruns. Nos presídios, as salas reservadas para o uso dessa tecnologia serão fiscalizadas por pessoal da Justiça, do Ministério Público e um advogado designado pela Ordem dos Advogados do Brasil. O projeto prevê também que a audiência só será realizada no presídio se não houver condições para a videoconferência.

Maior celeridade para os processos judiciais

Outro projeto (PLC 36/07) da chamada "reforma processual penal" aprovado reduz a tramitação de processos com a criação, por exemplo, da figura da absolvição sumária. Pelo texto substitutivo da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), o juiz pode determinar se a acusação e a defesa têm consistência para a continuidade do processo, ou se a defesa preliminar é substancial para absolver sumariamente. De acordo com a proposta, a instrução, que inclui todos os depoimentos, e o julgamento do processo seriam feitos em uma só audiência, em no máximo 60 dias. Hoje, após o recebimento da denúncia, realiza-se primeiro o interrogatório do acusado, que tem três dias para apresentar defesa prévia. Somente depois são ouvidas as testemunhas de acusação e as de defesa.

Plenário aprova limitação do duplo grau de jurisdição

Os senadores aprovaram o substitutivo ao projeto (PLC 6/05) que altera o Código de Processo Civil para limitar o alcance do duplo grau de jurisdição, instituído pelo qual as decisões judiciais definitivas podem, por recurso voluntário ou de ofício, ser submetidas a um novo julgamento, em um tribunal ou colegiado. Relator na CCJ, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) estabeleceu o teto de 500 salários mínimos para o fim da obrigatoriedade. Somente as sentenças contra entidades públicas e as contrárias – pelo menos em parte – à execução de dívida ativa da Fazenda Pública, com condenações superiores a 500 salários mínimos, serão obrigatoriamente submetidas a novo julgamento.

Provas ilícitas devem ser excluídas dos processos

Os senadores aprovaram o projeto (PLC 37/07) que exclui provas ilícitas dos processos penais e agiliza normas para provas periciais. Entre as provas ilícitas estão os grampos telefônicos obtidos sem autorização judicial. Como dez emendas foram aprovadas no Senado, a matéria volta para nova análise da Câmara.

A proposta proíbe que o juiz fundamente sua decisão exclusivamente na fase de investigação criminal; permite que acusação e acusado façam sugestões e indiquem técnicos para acompanhar perícias; protege a vítima, que será comunicada da entrada e da saída do acusado da prisão,

e que terá assistência psicossocial, de saúde e jurídica, pagas pelo ofensor ou pelo Estado.

Garante ainda a incomunicabilidade das testemunhas antes e durante a audiência; estabelece que o réu e as testemunhas de acusação e defesa serão ouvidos pelo juiz em uma única audiência e que as perguntas serão formuladas pelas partes diretamente às testemunhas, sob controle do juiz, além de prever a possibilidade de audiência por videoconferência.

A proposta exige também que o exame de corpo de delito e outras perícias sejam realizadas por perito oficial portador de diploma de curso superior.

Peritos poderão prestar serviços gratuitamente

O Plenário aprovou ainda o projeto do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que regula a gratuidade dos honorários de perito (PLS 337/99). O objetivo da proposta é obrigar os profissionais formados em instituições públicas de ensino gratuito a prestar serviços como peritos, gratuitamente, aos que necessitam desse tipo de assistência judiciária e não têm condições de pagar. Para que os serviços gratuitos não sobrecarreguem os peritos, o projeto limita as prestações gratuitas a três anuais e "estabelece um prazo de cinco anos para que o profissional retribua com seu trabalho o benefício do ensino universitário gratuito". A proposta segue para sanção presidencial.

Criados cargos no Conselho Nacional de Justiça e no STF

O Conselho Nacional de Justiça contará com 88 cargos de provimento efetivo, sete cargos em comissão e 21 funções comissionadas, de acordo com projeto (PLC 11/07) aprovado pelo Senado. Apresentada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a matéria já foi aprovada pelos deputados e segue para sanção presidencial. Criado pela emenda constitucional da reforma do Judiciário, o CNJ ganha, assim, pessoal para o atendimento das necessidades do seu serviço. Os senadores aprovaram ainda o PLC 87/07, que cria 185 cargos de provimento efetivo de analista judiciário e 77 de técnico de pessoal no quadro de pessoal do STF para atender ao aumento da demanda no Tribunal e para substituição de funcionários terceirizados.

Plenário acolhe indicações de sete diplomatas para embaixadas

Com a pauta desobstruída, o Plenário aproveitou para pôr em dia as votações de indicações de diplomatas para cargos de embaixadores. Na manhã do mesmo dia (quinta-feira), a Comissão de Relações Exteriores (CRE) mandou para votação em Plenário outras três indicações presidenciais para embaixadas do Brasil.

O presidente da CRE, Heráclito Fortes (DEM-PI), aplaudiu a decisão recorrente do governo Lula de escolher diplomatas para os cargos. Membro da CRE, Romeu Tuma

(PTB-SP) criticou a escolha de pessoas estranhas à carreira, como militares e economistas, para a função de embaixadores.

O Plenário aprovou Igor Kipman para embaixador no Haiti; Dante Coelho de Lima, atual embaixador brasileiro na Sérvia, para atuar também como embaixador junto à República de Montenegro; Edson Marinho Duarte Monteiro, como embaixador no Timor Leste; Luiz Antonio Fachini Gomes, na Guatemala; João Carlos de Souza Gomes para delegado permanente do Brasil junto

à Unesco; Antonio José Maria de Souza e Silva, embaixador em Moçambique, para acumular a função junto à Suazilândia e às repúblicas de Seicheles e de Madagascar, na África; e José Luiz Machado e Costa para embaixador no Suriname.

Por meio do Projeto de Decreto Legislativo 19/07, o Plenário ratificou ainda o tratado de extradição celebrado entre Brasil e Canadá, de 1995. Pelo tratado, a extradição só será concedida por conduta que seja considerada crime nos dois países.

Os nomes aprovados pela CRE são os seguintes: José Artur Denot Medeiros para embaixador na Holanda; Ana Maria Sampaio Fernandes, no Quênia, e, cumulativamente, nas Repúblicas do Burundi, Djibuti, Ruanda e Uganda; e Gilberto Vergne Saboia, na República da Hungria.

A CRE aprovou ainda convenção assinada entre Brasil e Rússia para impedir a evasão de divisas e a bitributação, bem como projeto que reorganiza a Polícia Civil do Distrito Federal (PLC 26/07).

COMISSÕES

Grupo sistematizará leis sobre TV por assinatura

Senadores reunidos em um grupo de trabalho irão sistematizar a legislação referente à televisão por assinatura. A decisão foi tomada pela Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação (CCT) em audiência sobre o projeto que altera a lei da TV a cabo para destinar um canal ao Executivo.

O debate mostrou que a proposta (PLC 29/05) está prejudicada pela edição da MP 398/07 – que criou a TV Brasil e destinou dois canais de TV a cabo à emissora. O fato levou Flexa Ribeiro (PSDB-PA) a pedir o arquivamento do projeto. Ele, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Romeu Tuma (PTB-SP) e

Cristovam Buarque (PDT-DF) apontaram a falta de justificativa para a criação da TV ter sido feita por medida provisória.

O representante do Ministério das Comunicações, Marcelo Bechara, afirmou que a MP se justificou pela urgência e relevância impostas pelo avanço da tecnologia digital e a necessidade de implantação ágil da TV Brasil. Na ocasião, Cícero Lucena (PSDB-PB) sugeriu que o grupo de trabalho proponha uma regulamentação geral para todas as plataformas ou modalidades de televisão no país – proposta que tem o apoio do presidente da CCT, Wellington Salgado (PMDB-MG).



Silvestrin; Marcos Jank; o presidente da Subcomissão dos Combustíveis, João Tenório; Neuto de Conto; e Tomalsquim

Bagaço e palha de cana para gerar energia elétrica

A geração de energia elétrica a partir do bagaço e da palha da cana-de-açúcar foi defendida em audiência na Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis. Os participantes do evento destacaram a importância dessa forma de bioeletricidade – que aproveitaria os restos da matéria-prima utilizada na produção de açúcar ou álcool – para a segurança energética do país.

Segundo o presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Marcos Sawaya Jank, “perdemos atualmente dois terços da energia dessa planta ao queimar a palha e as pontas da cana em um processo

medieval e ao usar o bagaço em caldeiras de baixa pressão, o que serve apenas para gerar energia para as próprias usinas”. O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE, vinculada ao Ministério de Minas e Energia), Maurício Tomalsquim, ressaltou que a energia proveniente da cana “é totalmente competitiva” em termos econômicos.

Já o vice-presidente-executivo da Associação Paulista de Cogeração de Energia (Cogens-SP), Carlos Silvestrin, estimou que a safra de cana-de-açúcar no país neste ano será de aproximadamente 425 milhões de toneladas.

Produtor de biodiesel quer mais mercado

A capacidade de produção das empresas do setor de biocombustíveis é de 2,4 bilhões de litros por ano – quase três vezes a previsão da demanda de 840 milhões de litros criada com a mistura obrigatória no diesel determinada pelo governo (2% a partir de janeiro e 5% a partir de 2013). Diante disso, as empresas querem medidas para garantir demanda para os biocombustíveis, afirmou o presidente da União Brasileira do Biodiesel, Odacir Klein, em audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Paraguai poderá receber mais energia de Itaipu

O diretor-presidente da Itaipu Binacional, Jorge Miguel Samek, ouvido pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) sobre a saúde financeira e a geração de energia da estatal brasileira e paraguaia, disse que do total de 6 mil megawatts (MW) que cabe a cada um dos dois países, o Paraguai utiliza 550 MW. Ele afirmou que aquele país pode vir a receber mais energia, de maneira gradual, chegando a até 2.000 MW.

Outra questão a ser discutida é o preço pago pelo Brasil pela energia excedente, que não será mais de US\$ 4 MW/hora, mas em torno de US\$ 49 MW/hora.

João Pedro quer defesa mais firme da Amazônia

Ao comentar a notícia veiculada pela imprensa sobre a redução de 20% do desmatamento da Amazônia no último ano, João Pedro (PT-AM) ressaltou que, no mesmo período, ainda foram derrubados 11 mil quilômetros quadrados da floresta. Na opinião do senador, o povo brasileiro precisa envolver-se com mais firmeza na defesa da floresta.

Ele sugeriu ações convergentes entre as prefeituras e secretarias de meio ambiente, bem como entre os governos federal e estadual para a formulação de políticas públicas destinadas a combinar desenvolvimento econômico com qualidade de vida.

João Pedro informou que a área desmatada no último ano é equivalente a sete vezes a cidade de São Paulo e que, conforme estudo do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes), a maior parte está em áreas de proteção ambiental.

– Não podemos desconhecer que a Floresta Amazônica é cobijada, estudada e desejada por países além do nosso Brasil. Nós, brasileiros, é que precisamos cobijar mais a Amazônia – disse.

O senador também comunicou que nesta segunda-feira será realizada licitação para a obra da hidrelétrica de Santo Antônio, a



FOTOS: JOSÉ CRUZ

João Pedro espera que obra da hidrelétrica de Santo Antônio, em Rondônia, respeite meio ambiente, população ribeirinha e indígenas

ser construída no rio Madeira, em Rondônia. A obra está orçada, segundo ele, em R\$ 9 bilhões e deverá produzir cerca de 3.340 megawatts de energia. A hidrelétrica está prevista para entrar em funcionamento em 2012. João Pedro disse esperar que a construção respeite o meio ambiente, as populações ribeirinhas e os povos indígenas. Para o senador, a obra precisa, fundamentalmente, beneficiar as pessoas que vivem em Rondônia, ao atender à demanda de fornecimento de energia da indústria, do comércio e do setor de serviços.

Em aparte, Jayme Campos (DEM-MT) comunicou que há cem dias a termelétrica Mário Covas, em Mato Grosso, está

paralisada em razão do corte do fornecimento de gás por parte do governo boliviano. O senador apelou ao presidente Lula, que deverá ir à Bolívia este mês, para que resolva a questão. Ele também informou que em cinco dias começará a faltar gás para abastecer automóveis, o que vai prejudicar especialmente os taxistas, e que Cuiabá corre o risco de ficar sem energia.

– Estão todos à mercê do atendimento por falta de prioridade do governo federal em relação a essa luta, que não é só de nós, mato-grossenses, mas de todos os brasileiros no cumprimento do contrato que o nosso governo tem com o governo boliviano – ressaltou.

Heráclito critica pagamento antecipado ao FMI

A antecipação do pagamento da dívida externa do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI) foi criticada pelo senador Heráclito Fortes (DEM-PI).

– Certo, nós pagamos a dívida. Mas antecipada? A dólar de R\$ 2,80, quando o dólar hoje está a R\$ 1,70? E por um governo que dizia que o Brasil não tinha uma condição social melhor porque tudo o que recebia era para pagamento da dívida? – disse.

Em aparte, João Pedro afirmou que, quando o governo Lula começou, em 2003, o dólar estava R\$ 4,80. “E Vossa Excelência está reclamando porque se pagou uma dívida a R\$ 2,80?”, questionou. O senador pelo Piauí respondeu que a alta do dólar no segundo semestre de 2002 foi motivada pela reação do mercado ao avanço da candidatura de Lula naquele momento.

– Em maio de 2002, o dólar es-

tava cotado a R\$ 2,52. À medida que a campanha do Lula foi crescendo, o dólar foi aumentando e chegou, em setembro, a R\$ 3,79. Foi quando eles lançaram aquela carta aos brasileiros. Quando Lula compôs com o FMI e com os banqueiros, dando confiança ao mercado, o dólar voltou a cair – observou Heráclito, ao afirmar que Fernando Henrique entregou o governo com o dólar a R\$ 3,53.

Raupp faz apelo pelo programa Luz para Todos

Valdir Raupp (PMDB-RO) fez um apelo pela aceleração da implantação do programa de eletrificação rural Luz para Todos. O senador informou que a segunda etapa do programa está em fase de finalização, e a terceira tem início previsto para março de 2008.

Raupp pediu ao ministro de Minas e Energia, Nelson Hubner, que determine que as centrais elétricas acelerem a implantação do programa em Rondônia. Segundo o senador, essa medida é necessária especialmente para os pequenos proprietários rurais, pois o processo de eletrificação permitirá o beneficiamento da produção rural, além de trazer mais conforto para as famílias mais carentes.

Jayme Campos pede melhoria nas rodovias de MT

Um apelo aos demais senadores e ao Poder Executivo foi feito por Jayme Campos (DEM-MT), para que apóiem um pacote de projetos apresentados pela bancada de Mato Grosso para alterar o Plano Nacional de Viação de seu estado.

– Mais do que abrir espaços, a ampliação da malha rodoviária regional vai redesenhar o modelo de exploração econômica de vastos territórios mato-grossenses, projetando um significativo acréscimo na produção estadual – afirmou. As medidas modificam o traçado das BRs 080, 174, 242, 251 e 359, implantam uma nova rodovia federal entre os municípios de Cáceres e Itanorte, e federalizam trechos de estradas estaduais.

Mão Santa repudia prisões de magistrados

As prisões de magistrados e empresários no Piauí foi repudiada por Mão Santa (PMDB-PI). Segundo ele, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), César Britto, e o da seccional da OAB do Piauí, Norberto Campelo, apresentaram manifesto à Justiça daquele estado contra essas prisões. Em aparte, Heráclito Fortes (DEM-PI) informou que, na última sexta-feira, o procurador-geral do Piauí, Plínio Clêrton, também foi preso na porta de um hospital, quando visitava um familiar. O senador disse que vai pedir esclarecimentos sobre a prisão do procurador para saber se houve abuso de autoridade.

HOMENAGEM Arquiteto de obras imortais como Brasília e a Pampulha faz um século de vida em plena atividade

Niemeyer, um dos cem maiores gênios

Arquiteto das curvas livres, Oscar Niemeyer completa 100 anos neste sábado, 15 de dezembro, com um legado de mais de 600 obras arquitetônicas espalhadas por todo o mundo, sendo cerca de 60 construídas só em Brasília.

A capital brasileira é a grande marca desse arquiteto que ao lado do urbanista Lúcio Costa, e a pedido do então presidente Juscelino Kubitschek, construiu de 1957 a 1960 a nova capital no interior do Brasil.

No último dia 29 de novembro, a Câmara dos Deputados enviou à sanção presidencial o projeto de lei (PLS 80/07) do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) que institui 2007 como o Ano Nacional de Oscar Niemeyer.

– Nos últimos anos Niemeyer prosseguiu em sua trajetória febril de realizações, reafirmando sua condição de arquiteto do mundo. Seu reconhecimento em vida justifica-se por si só diante do Brasil e dos povos e países que brindou com seus traços de impar

genialidade. Mais do que qualquer outra, portanto, é essa a mais viva homenagem que se pode prestar ao mais pulsante dos brasileiros que iluminam o novo milênio – afirmou o senador.

O Senado deverá realizar este mês uma homenagem a Niemeyer, em data ainda a ser marcada.

O prédio do Congresso Nacional, construído em 1958, é, para o arquiteto, o mais belo de sua obra. Mas as cúpulas onde estão os plenários da Câmara dos Deputados e do Senado são motivo de

explicações folclóricas.

Há quem diga, por exemplo, que na Câmara haveria maior ebulição e calor, típicos da agitação dos deputados, por isso ser representada pela xícara de café.

Enquanto isso, o Senado, representado pelo pires, mostraria a calma e a serenidade dos senadores, mais sensatos, que teriam a função de esfriar os excessos de calor. O fato é que Niemeyer só quis destacar as duas Casas.

– Eu queria dar mais ênfase aos plenários da Câmara e do Senado,

porque é neles que os assuntos são discutidos – afirmou.

Mesmo sendo considerado o maior arquiteto brasileiro da modernidade, Niemeyer é criticado por alguns que consideram suas obras belas, mas pouco funcionais.

– Quem vem a Brasília pode gostar ou não dos palácios, mas não pode dizer que viu coisa igual em qualquer outro lugar do mundo – rebate ele, lembrando que em suas obras a circulação sempre ganha espaço.

Única cidade moderna do mundo com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela Unesco, Brasília deverá ter 23 monumentos de Niemeyer tombados. Entre eles estão o Palácio da Alvorada, a Capela Nossa Senhora de Fátima (Igrejinha), a Praça dos Três Poderes, o Congresso Nacional e seus anexos, o Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto.

No ano passado, foram inaugurados em Brasília o Museu Nacional e a Biblioteca Nacional, fechando o complexo cultural do qual já faz parte o Teatro Nacional.

Apesar da idade, Niemeyer não deixou a prancheta de lado e trabalha até hoje em projetos arrojados. O maior deles será em Avilés, no norte da Espanha: o Centro Cultural Internacional Niemeyer de Avilés, orçado em 30,5 milhões de euros, cerca de R\$ 80 milhões. Será o maior complexo cultural da Espanha, em uma área de 222 mil metros quadrados.



Teatro Oscar Niemeyer, conhecido como Teatro Popular, em Niterói, Rio de Janeiro, é uma das recém-inauguradas obras do arquiteto

Cidadão carioca, e do mundo

1907

Nasce no Rio de Janeiro.

“Nasci em Laranjeiras, na rua Passos Manuel, rua que depois recebeu o nome do meu avô Ribeiro de Almeida, então ministro do Supremo Tribunal Federal. Uma rua íngreme, tão íngreme que até hoje me espanta como a corriamos de cima para baixo jogando futebol.”

1922

Matricula-se no Colégio dos Barnabitas Santo Antônio Maria Zaccaria.

1928

Niemeyer conclui o curso secundário. Casa-se com Annita Baldo. “Em 1928, me casei com Annita Baldo, uma moça bonita, modesta, filha de imigrantes italianos, provenientes de Pádua, perto de Veneza. Nessa época eu não tinha tomado rumo certo. Ao contrário, levava vida boêmia e despreocupada e tudo me parecia bem.”

1929

Matricula-se na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. “Depois de casado comecei a compreender a responsabilidade que assumia e fui tra-

balhar na tipografia de meu pai, entrando depois para a Escola Nacional de Belas Artes.”

1934

Obtém o diploma de engenheiro-arquiteto no Rio de Janeiro.

1935

Inicia a vida profissional no escritório de Lúcio Costa e Carlos Leão.

1936

No escritório, participa da equipe do projeto do Ministério da Educação e Saúde. Conhece Le Corbusier e Gustavo Capanema. “Não queria, como a maioria dos meus colegas, me adaptar a essa arquitetura comercial que vemos aí. E apesar das minhas dificuldades financeiras, preferi trabalhar, gratuitamente, no escritório do Lúcio Costa e Carlos Leão, onde esperava encontrar as respostas para minhas dúvidas de estudante de arquitetura. Era um favor que eles me faziam.”

1939

Viaja com Lúcio Costa para projetar o Pavilhão do Brasil na Feira Mundial de Nova York.

Conjunto da Pampulha Belo Horizonte - 1940



Igreja de São Francisco - “Era um protesto que eu levava como arquiteto, de cobrir a igreja da Pampulha de curvas, das curvas mais variadas, essa intenção de contestar a arquitetura retilínea que então predominava.”

1940

Conhece o prefeito de Belo Horizonte Juscelino Kubitschek, que o convida a projetar o conjunto da Pampulha.

1945

Ingressa no Partido Comunista Brasileiro.

1946

Convidado a dar um curso na Universidade de Yale, nos EUA, tem seu visto de entrada cancelado.

1947

Obtida a permissão de estada nos Estados Unidos, viaja a Nova York para desenvolver o projeto da sede da ONU.

1951

Projeta os conjuntos Ibirapuera e Copan, em São Paulo.

1952

Projeta sua residência na Estrada das Canoas, no Rio de Janeiro.

1954

Viaja pela primeira vez à Europa, quando participa do projeto para reconstrução de Berlim.

1955

Funda a revista *Módulo*, no Rio de Janeiro.

Assume a chefia do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Novacap, responsável pela construção de Brasília.

1956

É encarregado de organizar o concurso para escolha do Plano Piloto de Brasília, participando também da comissão julgadora.

1957-58

Projeta o Palácio da Alvorada em Brasília e os principais prédios da nova capital.

1961

Publica *Minha experiência em Brasília*.

1962

É nomeado coordenador da Escola de Arquitetura da recém-criada Universidade de Brasília (UnB). Viaja ao Líbano para projetar a Feira Internacional e Permanente.

1964

Viajando a trabalho para Israel, é surpreendido pela notícia do golpe militar no Brasil. Retorna ao país em novembro, quando é chamado pelo Dops para orestar depoimento. “Mas durante a ditadura, tudo foi diferente. Meu escritório foi saqueado e o da revista *Módulo*, que dirigia, semidestruído. Meus projetos pouco a pouco começaram a ser recusados. ‘Lugar de arquiteto comunista é em Moscou’, desabafou um dia à imprensa o ministro da Aeronáutica.”

Catedral

Brasília - 1958



“Na Catedral, por exemplo, evitei as soluções usuais das velhas catedrais escuras, lembrando pecado. E, ao contrário, fiz escura a galeria de acesso à nave e esta, toda iluminada, colorida, voltada com seus belos vitrais transparentes para os espaços infinitos.”

HOMENAGEM Ele já foi apontado como um dos cem maiores gênios vivos, mas mantém o desapego às pompas

“Arquitetura não é o mais importante”

Os cem anos de Oscar Niemeyer serão comemorados pelo arquiteto com a recepção dos amigos durante todo o dia 15 de dezembro, na Casa das Canoas, que ele construiu em 1952, no Rio de Janeiro, onde morou com a família. Uma celebração discreta, bem à feição do arquiteto pouco afeito às viagens de avião e badalações. Apesar da notoriedade que a arquitetura lhe proporcionou, as preocupações do comunista Niemeyer sempre ficaram mais voltadas para a resolução dos problemas sociais.

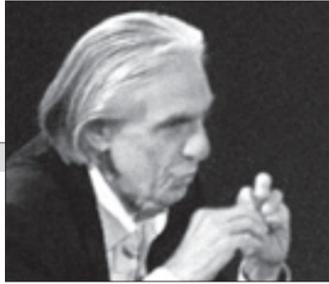
– A arquitetura não é o mais importante. Arquiteto que se preza luta contra a pobreza, contra as diferenças sociais. A idéia de nacionalismo e patriotismo também pesam muito – afirma. Com muita franqueza e luci-

dez, Niemeyer diz que o mais importante na vida são os amigos, e reserva tempo especial para os bate-papos, a leitura e as aulas de filosofia e cosmologia.

– Eu acho mais importante um jovem estar nas ruas brigando por direitos do que eu fazer arquitetura. Basta olhar para o céu para vermos como somos pequeninos, temos de ser modestos, senão é ridículo demais – filosofa, em entrevista concedida à TV Senado para o documentário Niemeyer por Niemeyer.

Em uma lista dos cem maiores gênios vivos, feita pela empresa de consultoria Synectics, o ar-

JOÃO QUARESMA/FOLHA IMAGEM



A arquitetura do Oscar nasce da de Le Corbusier nos seus elementos básicos. Extraordinário é que ele aprende a lição e, em seguida, faz uma coisa que é a negação dos dados fundamentais daquela arquitetura de Le Corbusier.

Ferreira Gullar, poeta, sobre Le Corbusier e o prédio da ONU

quiteto aparece em nono lugar. Foram muitos os prêmios que recebeu, entre eles, o Prêmio Pritzker de Arquitetura, dos Estados Unidos, e o Royal Gold Medal do Royal Institute of British Architects, além das exposições internacionais exclusivas de suas obras.

“Um dia me aparece um rapaz, recém-casado, com uma filhinha, que queria uma oportunidade no meu escritório. Eu percebi que ele era uma pessoa especialmente dotada e procurei dar toda a força a ele. As oportunidades foram surgindo”, contou em uma entrevista o urbanista Lúcio Costa (1902-1998), criador do Plano Piloto de Brasília.

A primeira grande obra de Niemeyer foi o conjunto da Pampulha, em Belo Horizonte,

a convite do então prefeito Juscelino Kubitschek, que depois o colocou na rota de Brasília.

– De Pampulha a Brasília eu segui o mesmo caminho, preocupado com a forma nova, com a invenção arquitetural – revelou Niemeyer.

Citando o poeta francês Charles Baudelaire (1821-1867), afirma “que a arquitetura tem de causar espanto”.

– Ele pega o programa e faz o projeto de arquitetura ficar com sua cara, tudo com muita circulação e clareza – afirma o amigo de Niemeyer e um dos responsáveis por seu escritório

JOÃO WAINER/FOLHA IMAGEM



Internaram-me num ginásio em Cataguases, projeto do Oscar. Vivi seis meses naquele casarão. Achei pouco. Decidi-me a ser Oscar eu mesmo. Depois larguei a arquitetura e virei aprendiz de Tom Jobim.

Chico Buarque, compositor, sobre o seu desejo de ser arquiteto

em Brasília, o arquiteto Carlos Magalhães.

“Oscar Niemeyer odeia o ângulo reto”

No documentário Oscar Niemeyer – A vida é um sopro, o escritor uruguaio Eduardo Galeano, autor de As veias abertas da América Latina, comenta que “é sabido que Oscar Niemeyer odeia o capitalismo e odeia o ângulo reto. Contra o ângulo reto, que ofende o espaço, ele tem feito uma arquitetura leve como as nuvens, livre, sensual, que é muito parecida com a paisagem das montanhas do Rio de Janeiro. São montanhas que parecem corpos de mulheres deitadas, desenhadas por Deus no dia em que Deus achou que era Niemeyer”.

Niemeyer pertence a uma geração extremamente importante no Brasil. Geração que até certo ponto reconstruiu tanto em sua própria mente, quanto em benefício público, a idéia de que o Brasil poderia ser o novo Brasil.

Eric Hobsbawm, historiador inglês, sobre a geração de 30 no Brasil

É uma pessoa que está em paz consigo mesma, e não é fácil. Porque vivemos num mundo de contradições, de tensões. No fundo vivemos num temporal. E manter o rumo no meio desse temporal, com ventos que sopram de todos os lados, isso o Oscar conseguiu.

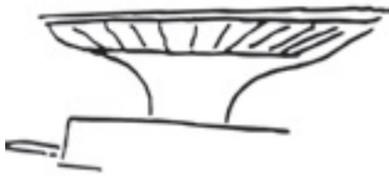
José Saramago, escritor português

Oscar Niemeyer consegue fazer uma obra-prima que tem, que adquire, que adere a ela essa força emblemática que tem certas formas. De modo que você identifica a cidade, o país, a alma, o momento, a história com a forma dele.

Ítalo Campofiorito, arquiteto, sobre a arquitetura de Niemeyer

Fonte: documentário Oscar Niemeyer - A vida é um sopro, de Fabiano Maciel

Museu de Arte Contemporânea Niterói - 1991



“Quando comecei a desenhar este museu, já tinha uma idéia a seguir. Uma forma circular, abstrata, sobre a paisagem. E o terreno livre de outras construções para realçá-las. Não queria repetir a solução usual de um cilindro sobre o outro, mas caminhar no sentido do Museu de Caracas, criando uma linha que subisse com curvas e retas do chão à cobertura.”

1907
Nasce no Rio de Janeiro. “Nasci em Laranjeiras, na rua Passos Manuel, rua que depois recebeu o nome do meu avô Ribeiro de Almeida, então ministro do Supremo Tribunal Federal. Uma rua íngreme, tão íngreme que até hoje me espanta como a corria de cima para baixo jogando futebol.”

1922
Matricula-se no Colégio dos Barnabitas Santo Antônio Maria Zaccaria.

1928
Niemeyer conclui o curso secundário. Casa-se com Annita Baldo. “Em 1928, me casei com Annita Baldo, uma moça bonita, modesta, filha de imigrantes italianos, provenientes de Pádua, perto de Veneza. Nessa época eu não tinha tomado rumo certo. Ao contrário, levava vida boêmia e despreocupada e tudo me parecia bem.”

1929
Matricula-se na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. “Depois de casado comecei a compreender a responsabilidade que assumia e fui trabalhar na tipografia de meu pai, entrando depois para a Escola Nacional de Belas Artes.”

1934

Obtém o diploma de engenheiro-arquiteto no Rio de Janeiro.

1935
Inicia a vida profissional no escritório de Lúcio Costa e Carlos Leão.

1936
No escritório, participa da equipe do projeto do Ministério da Educação e Saúde. Conhece Le Corbusier e Gustavo Capanema. “Não queria, como a maioria dos meus colegas, me adaptar a essa arquitetura comercial que vemos aí. E apesar das minhas dificuldades financeiras, preferi trabalhar, gratuitamente, no escritório do Lúcio Costa e Carlos Leão, onde esperava encontrar as respostas para minhas dúvidas de estudante de arquitetura. Era um favor que eles me faziam.”

1939
Viaja com Lúcio Costa para projetar o Pavilhão do Brasil na Feira Mundial de Nova York.

1940
Conhece o prefeito de Belo Horizonte Juscelino Kubitschek, que o convida a projetar o conjunto da Pampulha.

1945
Ingressa no Partido Comunista Brasileiro.

1946
Convidado a dar um curso na Universidade de Yale, nos EUA, tem seu visto de entrada cancelado.

1947
Obtida a permissão de estada nos Estados Unidos, viaja a Nova York para desenvolver o projeto da sede da ONU.

1951
Projeta os conjuntos Ibirapuera e Copan, em São Paulo.

1952
Projeta sua residência na Estrada das Canoas, no Rio de Janeiro.

1954
Viaja pela primeira vez à Europa, quando participa do projeto para reconstrução de Berlim.

1955
Funda a revista *Módulo*, no Rio de Janeiro. Assume a chefia do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Novacap, responsável pela construção de Brasília.

1956
É encarregado de organizar o concurso para escolha do Plano Piloto de Brasília, participando também da comissão julgadora.

1957-58
Projeta o Palácio da Alvorada em Brasília e os principais prédios da nova capital.

1961
Publica *Minha experiência em Brasília*.

1962
É nomeado coordenador da Escola de Arquitetura da recém-criada Universidade de Brasília (UnB). Viaja ao Líbano para projetar a Feira Internacional e Permanente.

1964
Viajando a trabalho para Israel, é surpreendido pela notícia do golpe militar no Brasil. Retorna ao país em novembro, quando é chamado pelo Dops para prestar depoimento. “Mas durante a ditadura, tudo foi diferente. Meu escritório foi saqueado e o da revista *Módulo*, que dirigia, semidestruído. Meus projetos pouco a pouco começaram a ser recusados. ‘Lugar de arquiteto comunista é em Moscou’, desabafou um dia à imprensa o ministro da Aeronáutica.”

1965
Retira-se da UnB com mais 200 professores, em protesto contra a política universitária. Viaja a Paris para a exposição de sua obra no Museu do Louvre.

1966
Publica o livro *Quase memórias: viagens*.

Fonte: Fundação Oscar Niemeyer

Memorial da América Latina São Paulo - 1987



“No Memorial da América Latina minha arquitetura segue de forma mais radical o avanço da técnica construtiva. Nada de detalhes menores, apenas vigas de 70m x 90m e as placas curvas do pré-fabricado. São os grandes espaços livres que o tema estabelecia. Uma obra cuja mentalidade corresponde à grandeza dos seus objetivos - aproximar os povos da América Latina, tão oprimida e explorada.”

PLENÁRIO

Mulher será informada sobre doação de cordão umbilical

Durante o período de consultas de pré-natal e no momento do parto, as mulheres terão acesso a informações sobre as possibilidades e os benefícios da doação voluntária de sangue do cordão umbilical e placentário. Essa garantia, prevista em projeto da deputada Rita Camata (PMDB-ES), obteve aprovação do Plenário do Senado, com base em parecer favorável da relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). O projeto segue para sanção presidencial.

Lúcia Vânia informou aos senadores que pesquisadores identificaram no cordão umbilical um grande número de células-tronco hematopoéticas (com capacidade de formar e desenvolver células sanguíneas). Essas células podem ser utilizadas em transplantes de medula óssea em pessoas com algumas doenças, como a leucemia. Explicou que já existem bancos de sangue de cordão umbilical e placentário no Brasil, onde as células

são preservadas. Tais bancos se comunicam a uma rede nacional e internacional, para atender a pacientes que precisam de transplante de medula óssea.

Conforme a senadora, a ampliação do acesso a essa rede depende do crescimento do número de doadoras, já que a maior dificuldade é encontrar doadores compatíveis com os pacientes. Por isso, Lúcia Vânia acredita que o projeto, ao determinar que as gestantes recebam informações sobre a importância da doação, irá aumentar o número de doadores.

– Uma das vantagens desse tipo de doação é a sua disponibilidade imediata. Como a doação é feita assim que o bebê nasce, ainda na sala de parto, não há necessidade de localização do doador e nem de extrair sua medula óssea – argumentou Lúcia Vânia.



Sessão de votações do Senado aprovou medidas para melhorias no sistema de saúde nacional

Gestante saberá local do parto na inscrição de pré-natal no SUS

No ato da inscrição no programa de acompanhamento pré-natal, os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) deverão informar à gestante a maternidade na qual ela realizará o parto. A determinação consta de projeto (PLC 54/06) da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), acatado pelo Senado.

O substitutivo da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovado também estabelece que no ato da inscrição a gestante tomará conhecimento da maternidade onde deverá ser atendida, caso haja necessidade, durante o pré-natal. Estipula ainda que o SUS cuidará da transferência da gestante quando a maternidade vinculada não apresentar aptidão técnica e pessoal para a assistência adequada quando a gestação for considerada de risco.

Construção de salas de cinema terá estímulo

O benefício de dedução integral do Imposto de Renda foi estendido pelo Plenário do Senado às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em municípios com menos de 100 mil habitantes (PLS 298/04). A proposta é do senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

O projeto modifica a chamada Lei Rouanet para suprir lacuna verificada em relação aos incentivos fiscais facultados

às pessoas físicas e jurídicas interessadas em contribuir para o incremento do cinema nacional.

Sociedade automática poderá ser anulada

A inclusão automática de consumidor como sócio de sociedade comercial, inclusive de sociedade em conta de participação, poderá ser simplesmente anulada, de acordo com projeto de lei da Câmara (PLC 10/05)

aprovado pelo Plenário.

A intenção da proposta é impedir a ação de estelionatários e empresas inescrupulosas que oferecem aos consumidores desavisados a possibilidade de compra de um bem, direito ou serviço, com vantagens exageradas como prestações baixas, ausência de consulta ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou a dispensa de apresentar fiador ou comprovar renda, entre outros falsos atrativos.

Sistema Nacional de Mobilização vai à sanção presidencial

A ser utilizado em casos de agressão estrangeira, o mecanismo da mobilização nacional, previsto na Constituição como instrumento de competência do presidente da República, desde que autorizado pelo Congresso, foi regulamentado por projeto de lei da Câmara (PLC 25/07) aprovado pelo Plenário do Senado. A proposta estabelece o conceito de mobilização nacional, cria o Sistema Nacional de Mobilização (Sinamob) e estabelece todas as

medidas necessárias à sua execução dentro do Estado democrático de direito. De iniciativa do Executivo, o projeto vai à sanção.

A mobilização nacional consiste no “conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, desde a situação de normalidade, complementando a logística nacional, com o propósito de capacitar o país a realizar ações estratégicas no campo da Defesa Nacional para fazer face a uma agressão estrangeira”.

Arquitetura e urbanismo devem ter conselho próprio

A regulamentação do exercício da arquitetura e do urbanismo e de criação dos respectivos conselho federal e conselhos regionais foi aprovada pelos senadores e vai à sanção presidencial. O projeto (PLS 347/03) é do senador José Sarney (PMDB-AP).

Pela proposta, os conselhos regionais (Creas) e o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) serão desmembrados. Um novo órgão, só de arquitetos e urbanistas, cuidará das questões que envolvem a profissão. Os engenheiros reclamaram que o novo organismo enfraqueceria os Creas.

Menos impostos para transportes aquaviários

Navios e embarcações de carga que utilizam hidrovias poderão ser beneficiados com a redução – de 9,25% para 3,65% – do pagamento do PIS-Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Esse é o teor de projeto (PLS 342/07) do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Segundo Papaléo, a redução beneficiará a navegação de cabotagem e reduzirá os custos logísticos da produção, aumentando a competitividade do agronegócio brasileiro. O projeto vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

DIAS NACIONAIS – Foram aprovados projetos que criam dias nacionais para notários, registradores e conselheiros tutelares em 18 de novembro (PLC 73/06 e PLC 92/06). Já o PLC 68/05 institui o Dia da Amazônia. O PLC 99/05, o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. E o PLC 31/06, o Dia Nacional do Pacifismo Ativo.

HOMENAGENS – Rodovias e um aeroporto foram renomeados. Leonel Brizola (PLC 55/06) será nome de trecho da BR-386 (RS); Almirante Heleno de Barros Nunes (PLC 44/06), de viaduto na BR-116 (RJ); Padre Pedro (PLC 24/06), de trecho da BR-235 (SE); Gaudêncio Machado Ramos (PLC 41/07), do aeroporto de Alegrete (RS).

COMISSÕES

Cota em partido para pessoa com deficiência é rejeitada

A reserva de pelo menos 5% das candidaturas de cada partido ou coligação a pessoas com deficiência, proposta em projeto (PLS 303/06) da senadora Fátima Cleide (PT-RO), foi rejeitada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com base em parecer do senador Flávio Arns (PT-PR). A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ainda votará a matéria em decisão terminativa.

CDH quer ampla divulgação dos direitos humanos pelo governo

Informações referentes aos direitos humanos deverão ser divulgadas nos contracheques dos servidores públicos, em propagandas do governo e de programas das emissoras públicas de rádio e TV, conforme determina projeto aprovado em decisão terminativa na CDH. A proposta da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi apoiada pela relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO).

ria em decisão terminativa.

Fátima Cleide ressaltou que o principal objetivo da proposta é colocar o assunto em debate na sociedade. Segundo Arns, os representantes das pessoas com deficiência reconheceram que teriam dificuldade para se eleger. Eles sugeriram que as legendas determinem critérios e apresentem nomes para representar essa parcela da população.

A CDH aprovou ainda a realização de audiência pública com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, sobre os investimentos previstos no PAC da Saúde. A audiência está marcada para esta terça-feira, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Outro debate, proposto pelo senador Flávio Arns (PT-PR), abordará a situação das clínicas geriátricas no país.

Subcomissão dos Direitos da Mulher

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) criou a Subcomissão Permanente dos Direitos da Mulher, proposta pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC). A subcomissão analisará o combate à violência doméstica, entre outros temas ligados ao gênero.

Como a CDH já contava com quatro subcomissões – número máximo permitido a cada comissão permanente da Casa –, os parlamentares decidiram extinguir a Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão.

A CDH analisou ainda relatório da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, referente às atividades da pasta no período de 2003 a 2006. O relator, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), recomendou que cópias do texto sejam enviadas aos senadores, para que eles tomem conhecimento dos avanços obtidos.

COMISSÕES

Um outro caminho além do vestibular

O processo seletivo para o ingresso nos cursos de graduação de universidades federais deverá incluir, além do atual vestibular, programas de avaliação seriada anual para estudantes do ensino médio. A medida está prevista em projeto de lei (PLS 116/06) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) aprovado terminativamente pela Comissão de Educação (CE).

Há 11 anos, 50% das vagas para os cursos de graduação da

Universidade de Brasília já são preenchidas por meio do Programa de Avaliação Seriada (PAS). Candidatos de várias partes do país fazem as provas ao final de cada série do 2º grau. Se aprovados, não precisam passar pelo vestibular.

– O projeto é levar a outras partes do Brasil uma experiência de sucesso – disse Cristovam, para quem a diluição dos exames ao longo de três anos ajuda a reduzir o “trauma” do vestibular.

O projeto teve como relator o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que emendou a proposta original de forma a restringir a adoção do PAS às universidades federais – e não a todas as universidades públicas – e a excluir a obrigatoriedade de pelo menos 50% das vagas serem preenchidas pelo novo sistema.

– Ficarà por conta das universidades acolher o novo sistema ou adotar os dois sistemas ao mesmo tempo – afirmou o relator.



CE aprovou modalidade para entrada no ensino superior já adotada pela Universidade de Brasília

Música deve estar presente nas escolas

As escolas de educação básica devem incluir obrigatoriamente a música como conteúdo no ensino de Artes, de acordo com proposta aprovada pela CE em decisão terminativa. O projeto (PLS 330/07), da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Antes da decisão, 80 músicos cantaram na sala da CE.

Pela proposta, o ensino de música deverá ser ministrado por

professores com formação específica e as escolas terão três anos letivos para se adaptarem.

A relatora, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), esclareceu que a música não deve ser ministrada de forma independente, mas trabalhada de forma integrada às demais disciplinas de Artes. Porém, ela disse esperar que em breve a música se torne uma disciplina curricular.

Para ela, a obrigatoriedade do

ensino de música pode contribuir para que os estudantes gostem da escola, além de garantir um mercado de trabalho específico para os músicos brasileiros.

As escolas que incluíram a música em seus currículos no interior de Mato Grosso do Sul, mesmo sem haver ainda determinação legal para isso, informou Valter Pereira (PMDB-MS), registram menos problemas comportamentais dos estudantes.

Nome da Comissão de Educação inclui Cultura e Desporto

A Comissão de Educação (CE) passa a ser denominada Comissão de Educação, Cultura e Desporto, mantendo a sigla CE, de acordo com decisão do Plenário, que aprovou projeto de resolução nesse sentido. A proposta foi de Cristovam Buarque (PDT-DF), segundo o qual, “ao incorporar Cultura e Desporto, a comissão torna mais clara a sua agenda de trabalho e sua competência regimental.

CE quer cota em escolas técnicas para rede pública

Metade das vagas em instituições federais de educação profissional e tecnológica deverão ser destinadas para estudantes provenientes de escolas públicas. A proposta, da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), foi aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e ainda será examinada pela Comissão de Educação (CE). O relator, Paulo Paim (PT-RS), apresentou parecer favorável.

De acordo com emenda ao projeto (PLS 546/07) apresentada por Flávio Arns (PT-PR) e aprovada pela CDH, as pessoas com deficiência, independentemente de terem cursado a educação básica em escola pública ou particular, terão acesso às escolas técnicas federais.

Na opinião de Ideli, as vagas em escolas técnicas são muito disputadas, mas geralmente apenas alunos de escolas particulares são beneficiados.

Mais estudantes podem participar do ProUni

Projeto de Expedito Júnior (PR-RO), aprovado em decisão terminativa pela CE, permite a distribuição de vagas remanescentes do Programa Universidade para Todos (ProUni) a estudantes que tenham cursado parte do ensino médio em escolas privadas (PLS 106/07). O relator foi Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Também em decisão terminativa foi aprovado projeto (PLS 456/07) de Marconi Perillo (PSDB-GO) que autoriza a criação de

escola técnica federal em Uruaçu (GO). A relatora foi Lúcia Vânia (PSDB-GO).

A comissão aprovou ainda cinco projetos. O primeiro (PLS 461/07), de Demostenes Torres (DEM-GO), estende o direito à assistência educacional aos presos provisórios. O texto teve como relator Romeu Tuma (PTB-SP) e inclui, entre os deveres do condenado, o de comprovar os cursos que tiver feito na instituição penal.

Já o PLS 30/04, do então sena-

dor Leonel Pavan, regulamenta a profissão de publicitário. O PLC 97/07 muda o nome da Fundação Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre para Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. O PLC 62/07 denomina Rodovia Luiz Alves Rolim Sobrinho e Rodovia Senador Tarso Dutra trechos da BR-287, no Rio Grande do Sul. E o PLC 71/07 denomina Rodovia José Guarino Júnior trecho da BR-356, em Minas Gerais.

PLENÁRIO

CAE vai ouvir presidente do BC a cada três meses

O Plenário aprovou projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que determina o comparecimento do presidente do Banco Central à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a cada três meses, para expor a execução da política monetária. A matéria (PRS 11/07) vai à promulgação.

As audiências ocorrerão na primeira quinzena de fevereiro, abril, julho e outubro, ou em data acordada entre a comissão e o presidente do BC.

Mercadante afirmou que a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo são atribuições do Senado, que, no entanto, dispõe de instru-

mentos “precários e defasados” para o acompanhamento da política monetária.

O senador entende que a medida é ainda mais necessária tendo em vista que “a análise do comportamento dos agregados monetários tornou-se um instrumento obsoleto para a avaliação das diretrizes e da execução da política monetária”.

As audiências, segundo Mercadante, devem ser feitas logo após o Banco Central divulgar o relatório de inflação, em que expõe a visão a respeito da conjuntura econômica e as projeções para inflação e crescimento.

Experiência prévia não pode ser exigência

A exigência de comprovação de experiência prévia por tempo superior a seis meses foi proibida pelos senadores, que aprovaram projeto de lei da Câmara (PLC 41/06) que impede essa prática, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O projeto pretende abrir o mercado de trabalho ao jovem

brasileiro. Para o autor da proposta, deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE), “a exigência de experiência profissional, não obstante ser um requisito para se verificar a adequação do cidadão ao desempenho da atividade pleiteada, tem-se colocado como barreira ao funcionamento socialmente justo do mercado de trabalho”.

Métodos humilhantes proibidos em contratações

Métodos de recrutamento e que causem dano à honra e à dignidade do trabalhador devem ser proibidos. É esse o conteúdo de substitutivo da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) a projeto (PLS

262/03) de Paulo Paim (PT-RS) aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Pelo projeto, serão proibidas dispensas sem justificativa e violações da intimidade e do sigilo de dados.

Quatro projetos beneficiam a educação e o turismo

Três projetos na área educacional e um na área de turismo foram aprovados pelo Plenário. O PLC 65/06 pretende garantir que parte dos recursos alocados em ações de qualificação profissional no Programa do Seguro-Desemprego seja destinada à população afrodescendente. Alterado no Senado, a matéria volta para análise da Câmara dos Deputados.

Os demais projetos serão enviados diretamente à sanção presidencial. O PLC 109/05 al-

tera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O PLC 93/06 deixa clara a necessidade de diploma do ensino médio para os candidatos aos chamados cursos sequenciais de nível superior. Finalmente, o PLC 122/05 dispõe sobre o programa de qualificação dos serviços turísticos e do Selo de Qualidade Nacional de Turismo.

Inseticidas terão uso controlado pela Anvisa

Só inseticidas registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) poderão ser usados na saúde pública. É o que estabelece o PLS 123/04, de Papaléo Paes (PSDB-AP), que, aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, foi à Câmara.

Comissão quer menos velocidade para os motoboys

Empresas que empregam ou contratam os serviços prestados por motociclistas podem ser proibidas de estimular o aumento de velocidade, de acordo com projeto (PLS 98/07) de Marcelo Crivella (PRB-RJ), aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa.

COMPORTAMENTO

Antropólogo e sociólogo debatem na Unilegis pesquisa reveladora sobre o caráter nacional

Senado discute a cabeça do brasileiro

Os brasileiros que cursaram até no máximo o ensino fundamental (57% da população) tendem a ser mais autoritários, a crer na fatalidade do destino, a aceitar a impunidade e a tolerar a censura e o chamado "jeitinho brasileiro". O aumento da escolarização pode reverter esse quadro, de maneira que a sociedade adote valores considerados modernos, como a democracia e a igualdade.

Com essas idéias, o antropólogo Roberto DaMatta, autor de diversos livros, entre eles Carnavais, malandros e heróis, e o sociólogo Alberto Almeida, autor do recém-lançado A cabeça do brasileiro, ofereceram aos alunos

da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) um extrato dos seus estudos que buscam desvendar quais os valores fundamentais – nem sempre coerentes – da sociedade brasileira.

Em seus trabalhos, DaMatta oferece explicações, baseadas em aspectos históricos e culturais, para o fato de o brasileiro ter a família acima das instituições, o Estado como fonte da resolução dos conflitos da sociedade e um

sentido de hierarquia muito forte. A partir desses estudos, que incluem a análise de atitudes como o "jeitinho" e o "você sabe com quem está falando?", Almeida desenvolveu, com uma rede de pesquisadores, a Pesquisa Social Brasileira, em que 2.363 pessoas foram ouvidas sobre questões adaptadas da obra de DaMatta.

O resultado apresentado em A cabeça do brasileiro mostra que valores ligados ao patrimonialismo da cultura nacional, com bases antigas, estão

Muitos ainda aceitam com naturalidade o "jeitinho brasileiro"

mais arraigados nas pessoas que tiveram menos contato com a educação. Enquanto isso, as pessoas que concluíram pelo menos o nível médio estariam em sintonia com valores considerados modernos, irradiados pelo mundo principalmente após o Iluminismo.

Aqueles com mais anos de sala de aula tendem a reconhecer melhor o papel do cidadão na manutenção da coisa pública ou a obedecer às regras que a própria nação concordou em adotar.

O dilema entre o Brasil arcaico e o moderno, na opinião de DaMatta, não é enfrentado porque o país



Conforme estudo, os que têm mais educação tendem a se ajustar mais a valores como democracia

não tem uma visão completa da sociedade. A saída do paradoxo requer um grande sacrifício, diz, mas, enquanto isso, o país reluta em tomar decisões importantes. Dessa forma, migrar para uma sociedade liberal e igualitária "é algo complicado".

Para exemplificar, o antropólogo citou os políticos brasileiros acostumados a atuar com base em padrões arcaicos, enquanto seria evidente que "a cada dia é mais difícil, pelos modernos sistemas de controle, fraudar, por exemplo, a venda de gado".

Um dos meios de fazer a transição para uma cultura que rejeite a corrupção e aceite a racionalidade e a transparência, na conclusão de Almeida, foi apontado no próprio perfil das pessoas entrevistadas na sua pesquisa: a escolarização, em primeiro lugar, pela universalização do ensino médio.

Menos instrução, menos democracia

Quanto maior a escolaridade menor a tolerância em relação ao "jeitinho" (em %)

	Certo	Errado
Analfabeto	57	43
Até a 4ª série	51	49
Da 5ª a 8ª série	58	42
Ensino médio	48	52
Superior ou mais	33	67

A polícia matar assaltantes depois de prendê-los é uma situação certa ou errada? (em %)

	Certo	Errado
Analfabeto	40	60
Até a 4ª série	35	65
Da 5ª a 8ª série	35	65
Ensino médio	23	77
Superior ou mais	17	83

Se alguém é eleito para um cargo público, deve usá-lo em benefício próprio? (em %)

	Discorda	Concorda
Analfabeto	60	40
Até a 4ª série	69	31
Da 5ª a 8ª série	83	17
Ensino médio	95	5
Superior ou mais	97	3

Opinião sobre proibição de programa de TV que faz crítica ao governo (em %)

	Discorda	Concorda
Analfabeto	43	56
Até a 4ª série	53	45
Da 5ª a 8ª série	68	33
Ensino médio	79	19
Superior ou mais	91	8

Fonte: A cabeça do brasileiro

* Soma de "discorda muito" e "discorda um pouco"
** Soma de "concorda muito" e "concorda um pouco"

Mais educação pode mudar perfil do Legislativo

Em entrevista ao *Jornal do Senado*, o antropólogo Roberto DaMatta e o sociólogo Alberto Almeida falaram sobre corrupção, a visão do brasileiro sobre as regras e as leis e a qualidade da representação política brasileira. Leia a seguir os principais trechos da entrevista.

Jornal do Senado – A antropologia entende que a sociedade tolera a corrupção, inclusive por parte de homens públicos que não precisariam ter um comportamento diferente?

DaMatta – No Brasil, há duas maneiras de se tratar a corrupção: se o corrupto é seu amigo é uma coisa, se é seu inimigo, manda prender. Nós temos essa multiplicidade de perspectivas, que faz com que o sistema fique um pouco mais complicado em sua marcha para isso que se convencionou chamar de modernidade. Você acha que vai impedir que as meninas colocadas em celas masculinas sejam estupradas destruindo a prisão? Vai evitar que as pessoas morram em um estádio de futebol implodindo o estádio? A culpa é da prisão, do estádio? A prisão poderia ser uma choça de palha e funcionar perfeitamente bem. O que faz as instituições funcionarem são as pessoas que honram ou não as regras.

Alberto Almeida – O "jeitinho" é uma regra informal. Você não recebe uma multa, não é

preso se você furar fila. O brasileiro diz que toda regra informal pode ser alvo de um "jeitinho" e é tolerável. Quem é mais tolerante com o descumprimento de uma regra informal, em comparação com quem é menos, vai ser mais tolerante com o descumprimento de uma regra formal. Esse é o grande problema.

Como é que fica a representação política? O arcaico e o moderno, as diferentes maneiras de entender a sociedade, estão representados no Legislativo?

Alberto Almeida – A representação do Brasil é ótima. Quando você vê a composição do Congresso, ela representa o Brasil? Representa. O Collor representa o Brasil? Representa. O Sarney representa o Brasil? Representa. Todos eles, deputados, vereadores. Você acha que seria diferente se houvesse maior escolarização? Seria totalmente diferente. Não precisa nem ir muito longe, bastaria ter uma massa que tivesse o segundo grau [hoje, ensino médio] completo, o tipo de gente

eleita seria completamente diferente. Se não mudasse o tipo de gente, mudaria o comportamento. A escolaridade média do político, quando se somam todos eles, do vereador, prefeito ao presidente, é muito baixa.

DaMatta – Tanto a direita quanto a esquerda argumentam que, se a sociedade não tem uma coerência interna, então o liberalismo, no Brasil, seria um engodo, já que o povo não estaria representado. A melhor resposta é a negociação, que aparece no livro do Alberto. Você não tem uma dinâmica de consistência absoluta. Há zonas de diálogos. As pessoas buscam saídas, escolhem de acordo com conjunturas. Podem ir mais para um lado do que para outro em determinadas situações. Agora, a educação é um fator fundamental.

Na obra do professor DaMatta, existe o conceito da "superpessoa", dos medalhões, que estariam acima de qualquer acusação e acima da lei. Pode-se afirmar que mesmo que tenham bastante escolarização, essas "superpessoas" e seus "despachantes" estão em uma zona de conforto e resistem à racionalidade que vem com a individualização da sociedade?

DaMatta – Sem dúvida. Eu escrevi isso há 30 anos. Em uma

capital do Nordeste, se você é de uma família importante, com parentes na política, na medicina, na elite, você tem um estilo de vida que você sabe que jamais vai ser parado bêbado dirigindo, porque você sabe quem é. O que é mais gratificante no livro do Alberto é a demonstração de que os conceitos que usei puderam ser operacionalizados quantitativamente. É decisiva a demonstração de que a cabeça do brasileiro é hierárquica. Essa idéia de ser o cacique, o patrão,

é dominante.

Alberto Almeida – Não é só por uma vontade política que o país vai mudar. Veja o exemplo da Coreia, que atingiu bons níveis de escolaridade. Foi vontade política, mas não foi um passe de mágica, levou 30, 40 anos desde que se decidiu fazer um grande investimento educacional. Houve uma decisão de uma elite que disse em algum momento que, "sem um grande esforço educacional, vamos ficar para trás". E subiram.



O Ciclo de Conferências Unilegis foi criado há quatro anos para que servidores do Senado e estudantes possam ter contato mais próximo com acadêmicos e pensadores de suas áreas de atuação. Em 2007, estão em andamento os cursos de Administração Legislativa, Comunicação Legislativa e Ciência Política em nível de pós-graduação. O perfil dos cursos e dos alunos foi determinante na escolha dos palestrantes deste ano, tendo em

vista que foi abordado no evento o perfil do brasileiro e da opinião pública nacional.

A abertura do ciclo foi feita pelo diretor-geral do Senado e vice-reitor Executivo da Unilegis, Agacieli da Silva Maia, pela vice-reitora Acadêmica da Unilegis, Vânia Maione, pela diretora-executiva do Instituto Legislativo Brasileiro, Denise Zoghbi, e pela diretora da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública, Elga Maria Teixeira Lopes.

Voz do Leitor

NOVO ESTADO

"A proposta de criar o estado do rio São Francisco a partir do desmembramento de parte da Bahia deve ser abortada. Mais políticos e servidores públicos nosso país não agüenta."

Fábio Tavares, de Marechal Hermes (RJ)

TATUAGENS

"Sugiro a regularização dos estabelecimentos que fazem tatuagens. Há várias pessoas despreparadas nessa atividade, que exige profissionais qualificados, pois esse ramo envolve a saúde pública."

Joás Araújo Silva, de Goiânia (GO)

REFORMA POLÍTICA

"Proponho aos senadores e deputados que, ao discutirem os projetos da reforma política, olhem em especial para os pequenos municípios, apresentando propostas a fim de abolir o domínio das velhas oligarquias, que se mantêm no poder por vários anos à custa de compra de votos, intimidações, perseguições políticas e uso indevido da máquina pública. É preciso dar fim às falsas elites locais, que impõem o atraso e abandono à maior parte das pessoas destes municípios."

Valmir Pereira Gomes Junior, de Jardim (CE)

NATURALIDADE

"Como é comum nas pequenas cidades, a saúde pública é deficiente e muitas mulheres preferem ter seus filhos nos grandes centros mais próximos. Há municípios que correm o risco de, em breve, não terem mais cidadãos deles naturais. Faz-se necessária uma mudança na lei: a naturalidade do recém-nascido deve ser onde os seus pais moram, e não o município em que a mãe vai

apenas para dar à luz." **Alexsandro Matos, de Serra Preta (BA)**

HOMOSSEXUAIS

"Tenho acompanhado o esforço da relatora, senadora Fátima Cleide, para aprovar o PLC 122/06. Nós, cidadãos homossexuais brasileiros, torcemos por isso, pois não admitimos mais intolerância, discriminação, humilhação, violência, desrespeito e até assassinatos ocorridos com os nossos companheiros homossexuais. Pedimos aos senadores que aprovelem esse projeto para termos direitos iguais."

Cleudo Gomes, de João Pessoa (PB)

VELOCIDADE

"Sugiro uma lei que obrigue os veículos a saírem de fábrica com limitadores de velocidade. Eles devem ter potência limite de 100 km/h, salvo os oficiais, de socorro e policiamento. Isso reduziria muito os acidentes com mortes."

Marcos Santiago, de Governador Valadares (MG)

DÍVIDA PÚBLICA

"A realização de uma auditoria na dívida pública, prevista na Constituição de 1988, nunca foi cogitada pelo Congresso, mesmo sendo as despesas financeiras da dívida o maior gasto do governo."

Sérgio Rodrigo Coelho Torres, de Petrópolis (RJ)

LUZ

"Os preços das contas de luz estão cada vez mais elevados e a população sente o peso dessa tarifa, que causa efeito devastador no orçamento familiar. Peço medidas para reduzir os valores da conta de luz, para que o consumidor se sintam mais aliviado."

José Nilton de Aguiar, de São João da Chapada (MG)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Foto da Semana

A movimentada semana dos senadores começou com a sessão em que Renan Calheiros, pouco depois de renunciar à Presidência do Senado, foi absolvido da acusação de ter usado "laranjas" para adquirir emissoras de rádio e TV em Alagoas. Foi a segunda vez que o Plenário o absolveu, mas a primeira em que um julgamento por quebra de decoro é realizado em sessão aberta. A votação, secreta, foi de 48 a 29, mais três abstenções



LEOPOLDO SILVA

Ambiente legal

O desafio do século

O grande desafio da humanidade neste século – as mudanças climáticas – será vencido se houver vontade política. "Não faltam ao mundo nem os recursos financeiros, nem a capacidade tecnológica para agir", afirma o Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008, das Nações Unidas. O documento adverte que as consequências das mudanças climáticas já estão aparecendo e serão especialmente cruéis para as populações mais pobres.

Como fez Al Gore no documentário *Uma verdade inconveniente*, o ator Leonardo di Caprio utiliza seu prestígio em favor da causa ambiental, produzindo e narrando o filme *A última hora*. Nele, especialistas e cientistas como Stephen Hawkins e David Suzuki apontam a necessidade urgente de um novo modelo de desenvolvimento para que o planeta possa enfrentar os problemas da poluição, aquecimento e superpopulação.

Carro solar dá volta ao mundo

O suíço Louis Palmer, que está dando a volta ao mundo num carro solar (o Solartaxi), participa em Bali, na Indonésia, da conferência das Nações Unidas sobre o clima. Ele diz que seu objetivo é demonstrar a viabilidade do uso de tecnologias limpas. Palmer, que iniciou sua viagem na Suíça em 3 de julho deste ano, já passou por 15 países



AFD

Lixo nuclear à espera de solução

O Brasil deve resolver a questão da destinação dos resíduos nucleares antes de decidir sobre a construção da usina nuclear de Angra 3, segundo Célio Berman, pesquisador da Universidade de São Paulo (USP). Ele observa que, no Brasil, o armazenamento dos resíduos se dá de forma provisória, pois são depositados em piscinas. "É um provisório que está se tornando definitivo", adverte o pesquisador, para quem o país deve buscar outras formas de produzir energia.

REVOLUÇÃO NO DIAGNÓSTICO - Um teste que permita diagnosticar em casa os sinais precoces de qualquer doença (um câncer, por exemplo) deverá estar disponível em dez anos, prevê uma equipe do Instituto de Biologia de Sistemas de Seattle (EUA). O aparelho que está em desenvolvimento realizará o diagnóstico mediante uma simples análise de sangue. A técnica se baseia no exame das centenas de proteínas diferentes liberadas na corrente sanguínea: quando uma doença ataca qualquer órgão, a "identidade" da proteína específica desse órgão é alterada.

Frases

"Para mim, esse assunto é passado. Espero que a Casa retome a sua caminhada em favor da recuperação da imagem do Poder Legislativo"

Tião Viana, sobre a absolvição do senador Renan Calheiros.

"Aos 78 anos quero dedicar meu tempo aos meus deveres com o Amapá e reservar meus últimos anos para as minhas memórias. Senão termino morrendo e não escrevo"

José Sarney, ao reafirmar que não disputa a Presidência do Senado.

"Queremos tempo, ou para aceitar o candidato que nos for sugerido, ou tempo para buscar a vitória sobre este candidato"

Arthur Virgílio, sobre a eleição do novo presidente do Senado.

"Isso é história da carochinha. O governo tem candidato, a oposição também. Serão dois candidatos no mano a mano, o resto é conversa"

Wellington Salgado, após anúncio de que os tucanos podem abrir mão de indicar um sucessor a Renan Calheiros.

"O governo não quer votar hoje porque sabe que perde. O governo vai tentar construir uma maioria neste final de semana negro"

José Agripino, sobre o adiamento da votação para prorrogar a cobrança da CPMF.

"Hoje não dá para votar porque não tem número. Aí é a oposição querendo ganhar sem jogar. (...) É ganhar sabendo que o jogo não pode acontecer"

Romero Jucá, idem.

"A controvérsia toda é que o projeto fere a liberdade de culto das pessoas que, embora respeitando os homossexuais, acham que isso é pecado"

Marcelo Crivella, defendendo mudanças no projeto que torna crime discriminar homossexuais.

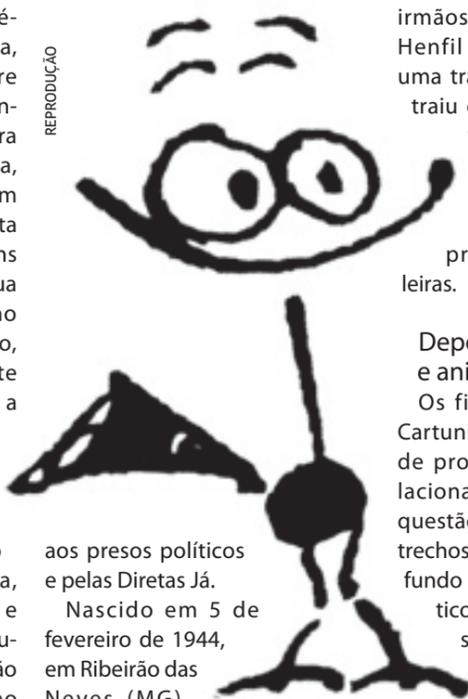
"O relatório expressa o que penso sobre o assunto, mas estamos abertos a sugestões"

Fátima Cleide, relatora do projeto contra a homofobia.

A história de Henfil no Profissão Cartunista

O quarto programa da série Profissão Cartunista, da TV Senado, é sobre Henrique de Souza Filho, o Henfil. O artista iniciou sua carreira como cartunista, quadrinhista, e foi colaborador de O Pasquim (1969). Em 1970 lançou a revista Os fradinhos, seus personagens mais famosos e que possuem sua marca registrada: um desenho humorístico, crítico e satírico, com personagens tipicamente brasileiros e que retratavam a situação nacional da época.

Sua importância na história em quadrinhos no Brasil se deve à renovação que trouxe ao desenho humorístico nacional. Henfil atuou, ainda, em teatro, cinema, televisão e literatura. O cartunista destacou-se também pela sua participação na política do país, devido ao seu engajamento na resistência contra a ditadura, pela democratização do país, pela anistia



REPRODUÇÃO

aos presos políticos e pelas Diretas Já.

Nascido em 5 de fevereiro de 1944, em Ribeirão das Neves (MG), ele morreu em 4 de janeiro de 1988 no Rio de Janeiro, aos 43 anos. Como seus

irmãos Betinho e Chico Mário, Henfil era hemofílico, e após uma transfusão de sangue contraiu o vírus da Aids e faleceu vítima das complicações da doença no auge de sua carreira, com seu trabalho aparecendo nas principais revistas brasileiras.

Depoimentos e animações

Os filmes da série Profissão Cartunista trazem depoimentos de profissionais e pessoas relacionadas com os autores em questão, utilizam animações de trechos de originais e usam como fundo da trama o contexto político e social de sua época. A série foi bastante premiada no Brasil e exterior.

O especial será exibido neste sábado, às 15h30, com reprises no domingo, às 15h30 e 21h.

As várias faces de Oscar Niemeyer

Niemeyer por Niemeyer, documentário que a TV Senado exibe neste sábado, às 16h30 e 21h30, e domingo, às 11h30 e 22h, revela o pensamento de um dos homens mais admirados do seu tempo (leia mais nas páginas 8, 9 e 15). Um Niemeyer trabalhador, generoso, artista político e polêmico. No documentário, Oscar Niemeyer revela que não gosta de falar sobre arquitetura. Mas fala com entusiasmo do universo perante o ser humano. Tema fascinante para o mestre das curvas que desafia o espaço na amplidão dos vãos livres. O talento não se restringe a arquitetura e urbanismo. No currículo há obras de literatura, escultura, cenografia, mobiliário, serigrafia, edição e ilustração. Trajetória que faz de Oscar Niemeyer referência quando o assunto é a moderna arquitetura mundial.

Sistema prisional em debate

A notícia de que uma menina de 15 anos ficou presa numa cela com mais de 20 homens, no Pará, chocou a opinião pública. Há também denúncias de desrespeito à dignidade dos presos de ambos os sexos e de todas as idades, superlotação de celas e falhas nos presídios de segurança máxima, onde traficantes se comunicam através de celulares.

Em busca de soluções para o que

está sendo definido como o apagão do sistema penitenciário, o governo federal criou uma comissão para investigar a situação das detentas. E o Senado, uma comissão especial para acompanhar essas investigações. A Rádio Senado leva o debate ao ouvinte no programa Conexão Senado, nesta segunda-feira, às 12h. O quadro Entrevista Especial terá a participação de parlamentares e juristas.

A situação do futebol brasileiro

O Senado Economia apresenta nesta segunda-feira, às 8h30, na Rádio Senado, a segunda parte da entrevista com o consultor e especialista em marketing esportivo Amir Somoggi, sobre os efeitos da Copa do Mundo de 2014 na economia e no futebol brasileiros. Somoggi compara os clubes brasileiros com os europeus.

Como funcionam os juizados especiais

A entrevista desta semana do Fique por Dentro da Lei, que a Rádio Senado transmite nesta terça-feira, às 8h30, é com o desembargador federal Cândido Ribeiro, coordenador dos juizados especiais federais. Ele vai explicar aos ouvintes o funcionamento desses juizados, a competência de julgamento e o que a pessoa deve fazer para ajuizar uma ação.

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras
1h30 - Conversa de músico
2h - Especiais
3h - Inclusão/Diplomacia
4h - Cidadania Debate
5h - Cidadania Entrevista
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Leituras
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Diplomacia/Inclusão
9h - Parlamento Brasil
9h30 - Alô Senado
10h - Especial/Comissões
12h - Cidadania Entrevista
12h30 - Direto do Cafezinho
13h - Cidadania Debate
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Alô Senado ou Leituras
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Direto do Cafezinho
9h30 - Comissões (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Comissões (inéditas) ou reapresentação)
18h45 - Direto do Cafezinho
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado Federal
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado - Poluição do ar em São Paulo
4h30 - De coração
- Exercícios físicos nas doenças cardíacas
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? Orquestra Cega - Egito
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Mesa Brasileira Gaúchos e Colonos
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural - Ópera Poranduba

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista
-
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

Como sintonizar

TV A CABO

NET, TVA e Video Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)

UHF

João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (51), Salvador (53), Recife (55) e Manaus (57).

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) -

1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - ¾

SENADO

JOSÉ CRUZ



Carlos Magno explica o Siga Brasil, no TCU: programa garante acesso de qualquer cidadão aos dados orçamentários do país

Prodasen apresenta programa Siga Brasil

O sistema de informações Siga Brasil, desenvolvido pela Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen), foi apresentado ao Tribunal de Contas da União (TCU), que promoveu na semana passada o 1º Fórum de Tecnologia da Informação na Administração Pública: Desafios e Oportunidades.

O Siga Brasil reúne os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e outras bases em um único portal. O programa disponibiliza ainda várias consultas prontas, a fim de facilitar a disseminação de informações sobre orçamento público.

O programa integra a página de Orçamento da União do site do Senado (www.senado.gov.br) e foi detalhado no painel "Inteligência Organizacional" pelo diretor da Subsecretaria de Soluções de Tecnologia de Informação do Prodasen, Carlos Magno Cataldi Santoro.

Carlos Magno explicou que esse sistema permite acesso de qualquer indivíduo, por meio da internet, a diversas bases de dados sobre planos e orçamentos públicos federais.

Participou também do painel "Inteligência Organizacional" o coordenador do Projeto Síntese do TCU, Chen Wen Lin.

Todo apoio à pessoa com deficiência

O Senado realiza, desta terça-feira até sábado, a 3ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. A programação será aberta no Plenário, às 14h30, com apresentação do Coral do Senado, regido pelo maestro e pianista João Carlos Martins. Na ocasião, será lançado carimbo comemorativo dos Correios, além dos selos personalizados "Programa do Senado Federal de Acessibilidade e de Valorização da Pessoa com Deficiência" e "Ser Diferente é Normal".

Ainda na terça-feira, às 16h, começa a campanha "Pessoas que fizeram a diferença, pessoas que fazem a diferença, e você, que diferença pode fazer?", com apresentação de piano do maestro João Carlos Martins. Ele perdeu os movimentos das mãos após sofrer dois acidentes. Atualmente toca com apenas dois dedos.

Logo após o lançamento da campanha, a jornalista da TV Senado Solange Calmon comandará um programa de debates com a participação, entre outros, do diretor de responsabilidade social da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Guilherme Bara (cego desde os 14 anos, ele é praticante de atletismo e esportes de aventura); e do professor da Universidade de Brasília Paulo César Marques da Silva – especialista em educação no trânsito e defensor do uso da bicicleta como meio alternativo de transporte.

Na quarta, às 10h, as comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH) realizam debate sobre o tema "Acessibilidade urbana".

A programação completa pode ser encontrada no site do Senado Federal (www.senado.gov.br).

CDH debate dificuldades urbanas

As dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência nas cidades serão discutidas na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Estão convidados os ministros das Cidades, Márcio Fortes, e da Saúde, José Gomes Temporão; o ministro-chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi; e o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Alexandre Baroni.

Consultoria discute racionalização energética

A Coordenação de Estudos da Consultoria Legislativa do Senado Federal, em cooperação com o Programa Interlegis, promoveu o seminário "Consumo de energia elétrica: racionalizar para não racionar", que debateu modelos para incentivar a procura por uma maior eficiência no consumo, sem impedir o crescimento econômico brasileiro.

O evento contou com a parti-

cipação do consultor legislativo Fernando Boarato Meneguim; do presidente da Companhia Energética de Brasília (CEB), o ex-senador José Jorge; e do presidente da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel), Paulo Pedrosa.

Para Meneguim, o governo não tem investido em ações que racionalizem a demanda de energia.

O presidente da CEB, José Jorge, observou que a crescente demanda de energia é uma das maiores dificuldades para se conseguir um equilíbrio entre a geração e o consumo.

Já Paulo Pedrosa acredita que o maior desafio dos responsáveis pelo setor é levar à sociedade a cultura da eficiência energética para permitir melhores geração e distribuição.

Arquivo aberto

Há 100 anos — Em 15 de dezembro de 1907, nasceu Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares, o Oscar Niemeyer, na cidade do Rio de Janeiro. Diplomou-se arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes em 1934, iniciando a carreira no escritório de Lúcio Costa. Em 4 de dezembro de 1997, a Rádio Senado destacou a sessão solene do Senado dedicada a comemorar os 90 anos do arquiteto. A homenagem foi pedida pelo senador Roberto Freire, que considera Niemeyer um grande revolucionário da arquitetura mundial. Na mesma data, o senador Francelino Pereira lembrou que, em 1940, "o então jovem prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, deu a Niemeyer a oportunidade de exibir e desenvolver seu enorme talento ao entregar-lhe a construção de uma série de edifícios ao redor da recém-construída lagoa da Pampulha". Francelino recordou ainda que, na década de 60, "Niemeyer executaria o mais audacioso projeto de sua vida: a construção da capital federal".

Em 12 de agosto de 2002, a TV Senado fez matéria especial sobre os monumentos de Brasília planejados por Oscar Niemeyer. Em 12 de dezembro de 2002, o Jornal do Senado registrou homenagem do senador Pedro Simon. O parlamentar observou que Niemeyer também se destaca pela impressionante dimensão humana, "traduzida na sua generosidade, solidariedade e amor pelo Brasil e pelo seu povo". Em entrevista especial para a Rádio Senado, em março de 2005, o arquiteto disse: "Quem vai a Brasília se surpreende porque tudo em Brasília é diferente". A foto ao lado é de 28 de abril de 2005, quando o então presidente do Senado, Renan Calheiros, entregou a Niemeyer o título de Patrono da Arquitetura Brasileira. Em 18 de abril de 2007, a Rádio Agência registrou o lançamento do documentário A vida é um sopro, sobre a trajetória dos cem anos do arquiteto. E em 23 de abril de 2007 o Jornal do Senado publicou a decisão da Comissão de Educação de instituir 2007 como o Ano Nacional de Oscar Niemeyer.



Em abril de 2005, o então presidente do Senado, Renan Calheiros, entregou a Niemeyer diploma de Patrono da Arquitetura nacional

Coluna produzida pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.

Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta,

Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br/jornal
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

GERALDO MAGELA

Os males causados pela gripe

A gripe é considerada um problema de saúde pública de grandes proporções. Estima-se que 10% da população mundial contraem a virose a cada ano. Cerca de 0,1% (de 600 mil a 1,5 milhão) dos gripados morrem em decorrência de complicações da doença, número igual ao de mortes por Aids. Segundo o Ministério da Saúde, a campanha nacional de vacinação contra a gripe na terceira idade atingiu quase 76% (12 milhões) de idosos do país em 2007. Veja nesta edição as verdades e enganos sobre a gripe e como preveni-la.

O que é

A gripe é causada pelo vírus influenza, que pode ser de três tipos: A, B e C, sendo que os dos tipos A e B são os que mais causam infecções em humanos. As principais características desses vírus é que eles se modificam constantemente (as chamadas mutações) e são os únicos capazes de causar epidemias anuais recorrentes (que voltam depois de ter desaparecido).

A doença é transmitida por meio das gotículas expelidas no ar quando a pessoa fala, espirra ou tosse. Ao contrário do que se acredita, ficar descalço, tomar chuva ou sorvete não faz a pessoa

contrair gripe. É preciso o contato com outra pessoa gripada. Um dia ou dois antes de sentir os sintomas (período de incubação) e até dez dias depois de estar gripada a pessoa infectada pode contaminar as outras ao redor.

A gripe atinge pessoas de todas as idades e é muitas vezes confundida com resfriados e outras doenças respiratórias, podendo ser perigosa quando causada por um vírus influenza novo. Nesse caso a doença se espalha mais rapidamente e provoca sintomas bem mais severos. Esse tipo de gripe é chamada de pandêmica, e ocorre a cada 30

ou 40 anos. A gripe dura de sete a dez dias.

Se a pessoa relata estar gripada "há um mês", os médicos garantem que os sintomas são de complicações ou outras doenças associadas. Também não se contrai gripe várias vezes ao ano, mas apenas uma ou, no máximo, duas. Complicações sérias, como sinusite, otite, bronquite, pneumonia e até a morte podem ocorrer em crianças menores, pessoas com mais de 65 anos e pacientes com doenças crônicas. O quadro pode se agravar muito se essas pessoas já tiverem uma doença séria.

Resfriado é outra doença

Não há brasileiro que não diga que está gripado quando dá alguns espirros, tem coriza, garganta arranhando e febre de 37,5°. Na verdade, isso não é gripe, é resfriado. A gripe e o resfriado têm alguns sintomas em comum, como congestão nasal, coriza (nariz escorrendo) e tosse. Mas os especialistas alertam que eles são causados por vírus distintos e têm intensidades também

diferentes. O resfriado começa aos poucos, com coriza e espirros, e quase sempre sem febre. Já a gripe "derruba" a pessoa de uma vez, com febre alta e intenso mal-estar geral. A pessoa consegue até trabalhar ou ir para a escola resfriada, mas provavelmente não conseguirá sair da cama com uma gripe. Confira as principais diferenças entre as duas doenças no quadro ao lado.

	Gripe (influenza)	Resfriado
Onde ocorre	no corpo todo	nariz/garganta
Início	abrupto/súbito	gradual
Febre	alta	ausente/baixa
Principais sintomas	febre alta, calafrios, suor excessivo, dores musculares e nas articulações, tosse, cansaço, mal-estar geral, dor de cabeça, congestão nasal (nariz entupido)	congestão nasal, espirro, coriza, dor de garganta
Complicações	podem ser severas	leves/moderadas
Estação em que ocorre	mais comum no inverno	ano todo

Fonte: A história da gripe - a influenza em todos os tempos e agora, de João Toniolo Neto.

Muitas pessoas também sofrem de complicações como rinite e sinusite

Rinite - inflamação alérgica da mucosa do nariz: provoca espirros repetidos, coriza e coceira no nariz. Não causa febre, dores musculares, calafrios e fadiga característicos da gripe.

Sinusite - inflamação dos seios paranasais, que pode ser também de origem

alérgica: em geral causada por infecção por bactérias. Mesmo quando acompanhada de febre, tem início gradual e sintomas principalmente nasais, além de dor de cabeça e tosse, não apresentando, portanto, início repentino nem sinais como dores musculares e fadiga.

Vacina é a melhor opção para prevenir

A vacina da gripe é tida como vacina que falha. Dois dias depois de ter tomado, a pessoa diz que apanhou a maior gripe da sua vida e que nunca mais vai tomar outra dose. Segundo os especialistas, esse é o primeiro mito a ser desfeito.

Não há hipótese de a vacina da gripe provocar gripe, porque não tem o vírus vivo. O que pode acontecer é a pessoa tomar a vacina quando já estava incubando o vírus da doença.

A vacina pode falhar, mas, mesmo quando isso acontecer - e no idoso falha mais do que no jovem adulto -, reduz em um terço a necessidade de hospitalização e em 50% o risco de morte. Ou seja, a doença vem com intensidade bem menor.

Tomar a vacina contra o vírus in-

fluenza é a melhor forma de prevenir-se contra a gripe e suas complicações, garantem os médicos.

A proteção da vacina é melhor nos primeiros seis meses. Depois sua eficácia vai diminuindo e ela praticamente perde o efeito em um ano. Essa é uma das razões que justificam tomar a vacina todo ano.

A outra razão diz respeito à composição da vacina. Ela sempre protege contra três tipos de vírus. Quando aparece um vírus novo, a vacina precisa ser atualizada. Entra o vírus novo na fórmula e sai o mais antigo, o que faz com que a vacina continue sendo trivalente.

Como a doença ocorre mais durante o outono e o inverno, no Brasil o período ideal para tomar a vacina é de janeiro a abril.

Repouso absoluto prejudica tratamento

Até o ano 2000 apenas os sintomas da gripe eram tratados, usando-se analgésicos, antitérmicos, descongestionantes, etc. Hoje já existem medicamentos antivirais que melhoram muito os sintomas, impedem a transmissão do vírus para outras pessoas e reduzem a chance de complicações.

O melhor a fazer quando se está com gripe é evitar fumo e álcool, alimentar-se bem, tomar muito líquido, não permitir que a febre aumente e descansar. Mas os médicos recomendam que a pessoa, especialmente o idoso, não fique deitada o tempo todo. Isso predispõe o pulmão a juntar secreção, podendo contrair pneumonia.

Saiba mais

Ministério da Saúde
0800 61-1997
(61) 3315-2520
www.saude.gov.br

PL 1.460/07 - Torna obrigatória a vacinação contra a hepatite A, pneumonia, varicela, gripe e meningite em crianças de até 5 anos.